



Anais da Assembléia

153

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1986.

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 06.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1986
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Ezequias Losso.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (41). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezzi, Fiori Luiz, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Donato Gulin, Edilson Alencar, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Tércio Albuquerque e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 166/86

Curitiba, 15 de dezembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n. 01, de 02 de agosto de 1972, que, com as alterações introduzidas pela de número 18, de 29 de dezembro de 1983, dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa, consulta aos superiores interesses da Administração, eis que o acúmulo de procedimentos fiscais a serem julgados em segunda instância administrativa, a nível de Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, justifica a ampliação daquele órgão colegiado que poderá contar, mercê do anteprojeto em pauta, com mais uma Câmara Julgadora.

Essa necessidade, já notada em relação a processos relativos ao ICM, poderá vir a ser agravada com a competência do Conselho para julgamento do recém-criado Imposto sobre a Propriedade de Veículos.

O anteprojeto prevê a ampliação do CCRF em mais quatro vogais e seus respectivos suplentes, dando assim, azo à instalação de mais uma Câmara de Julgamento, o que vem a possibilitar maior capacidade de decisão, a nível administrativo, de segunda instância.

A terceira instância administrativa para julgamento de processos administrativo-fiscais, a nível da Secretaria das Finanças, vem sendo, há muito, objeto de controvérsias, tanto por parte do setor público, como relativo aos contribuintes.

Tal mecanismo, que tem por escopo dar salvaguarda às decisões fundamentais, a nível administrativo, relativas aos tributos estaduais, deve funcionar como dispositivo de segurança ao Estado em controvérsias das quais, sendo o mesmo perdedor a nível de colegiado decisório - no caso o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais -, não pode, ou não deve, ser levado à propositura de ação rescisória de decisão tomada por órgão da administração direta.

O recurso à terceira instância só funcionaria se acoplado a outros mecanismos, como o da escolha de Presidente do Conselho mediante eleição interna.

Esse é o caso do Conselho de Contribuintes, onde a escolha do Presidente é do Governador tornando despicenda a existência do recurso à terceira instância onde poderão chegar até questões de some-

nos importância. Por tais fatos, propõe-se a sua extinção.

Tendo em vista o elevado interesse público, solicito que a matéria aqui contida seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o anteprojeto encaminhado merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 294/86

Art. 1.º - A Lei Complementar n. 01, de 02 de agosto de 1972 que, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 18, de 29 de dezembro de 1983, dispõe sobre o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O art. 3.º e seus §§ 1.º, 2.º, 3.º, 6.º e 7.º, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 3.º - O Corpo Deliberativo será composto por doze vogais, um Presidente, um Primeiro Vice-Presidente e um Segundo Vice-Presidente.

§ 1.º - O Presidente do CCRF será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Primeiro Vice-Presidente, e na falta ou impedimento deste, pelo Segundo Vice-Presidente.

§ 2.º - O Presidente e os Vice-Presidentes do CCRF são escolhidos pelo Governador do Estado, entre pessoas cuja formação seja de nível superior, de reconhecida idoneidade e competência em matérias tributária, financeira e econômica.

§ 3.º - O Presidente e os Vice-Presidentes são livremente demissíveis pelo Governador do Estado.

§ 6.º - Os vogais e seus suplentes, representantes dos contribuintes, serão indicados em lista tríplice pelas seguintes entidades:

- a. Federação do Comércio do Estado do Paraná;
- b. Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná;
- c. Federação das Associações Comerciais do Paraná;
- d. Federação das Indústrias do Estado do Paraná;
- e. Federação da Agricultura do Estado do Paraná;
- f. Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

§ 7.º - Na falta ou impedimento ocasional e simultâneo do Presidente e dos Vice-Presidentes do CCRF, exercerá a Presidência o mais antigo dos vogais presen-

tes, ou, sendo iguais na antigüidade, o mais idoso."

II - O § 1.º do Art. 5.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Os Vice-Presidentes e os suplentes têm direito às mesmas gratificações correspondentes às sessões que comparecerem."

III - O "caput" do art. 9.º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9.º - Junto ao CCRF oficiam seis representantes da Secretaria de Estado das Finanças, designados pelo Secretário das Finanças e por ele livremente demissíveis".

Art. 2.º - O mandato dos novos vogais e suplentes, nomeados pelo período inicial, após a vigência desta Lei, terá duração inferior a dois anos, tornando-se coincidente com o mandato dos demais.

Parágrafo Único. Para este mandato inicial, uma das vagas será de indicação da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná e a outra será de indicação conjunta pela Federação do Comércio do Paraná e pela Federação do Comércio Varejista do Paraná.

Art. 3.º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogados a letra "c" do art. 23 e o art. 25 e seus parágrafos da Lei Complementar n. 01, de 02 de agosto de 1972 e demais disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 167/86.

Curitiba, 16 de dezembro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, com sede e foro na cidade do mesmo nome, neste Estado, para manter como estabelecimento de ensino superior do Sistema Educacional de Ensino a atual Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Com a presente proposição, o Poder Executivo atenderá a antiga e justa reivindicação da região Centro-Oeste do Paraná, cumprindo compromisso assumido no Convênio celebrado com o Município de Campo Mourão, referendado por essa Augusta Assembleia Legislativa, através da Resolução n. 27/86, de 04 de agosto de 1986, publicada pelo Diário Oficial do Estado n. 2.340, de 14 do mesmo mês. A medida consulta os superiores interesses do nosso Estado, porque possibilitará expressivo desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, promovendo melhor divulgação científica, tecnológica, cultural e artística, além de ensejar maiores oportunidades de ingresso da população jovem da re-

gião a cursos de nível universitário.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a inclusão do assunto na pauta do atual período de convocação extraordinária.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 295/86

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a FUNDAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO - FACILCAM, com sede e foro na Cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, para manter, sob forma jurídica de Fundação de Direito Pública e como estabelecimento isolado de ensino superior do Sistema Estadual de ensino, a atual Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, atendidas as normas legais aplicáveis a entidades congêneres do Estado.

§ 1.º - A FACILCAM de que trata este artigo, gozará de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, e organizar-se-á como estrutura e método de funcionamento, nos termos da legislação em vigor e de seu Estatuto.

§ 2.º - O Governador do Estado do Paraná designará representantes do Estado nos atos constitutivos da Fundação.

Art. 2.º - São fins da FACILCAM a realização e o desenvolvimento da educação superior, da pesquisa e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística, e do ensino agrícola.

Art. 3.º - A situação dos corpos docente e técnico-administrativo da FACILCAM será definido pelo Estatuto previsto no art. 6.º.

Art. 4.º - A receita financeira da FACILCAM será proveniente:

I - das dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento do Estado;

II - dos auxílios, doações e subvenções federais e municipais ou de outras origens;

III - das contribuições escolares;

IV - das taxas e emolumentos escolares;

V - dos rendimentos de serviços prestados;

VI - das contribuições financeiras decorrentes de convênio, acordo ou contrato;

VII - das rendas patrimoniais;

VIII - das rendas eventuais;

IX - de saldos de exercícios financeiros encerrados;

Art. 5.º - O patrimônio da Fundação será constituído:

a). dos bens imóveis, móveis, equipamentos e instalações que lhe forem expressamente destinados;

b). dos saldos dos exercícios anteriores;

c). dos auxílios, doações e legados recebidos de pessoas naturais ou entidades de direito público ou privado.

Art. 6.º - Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, a contar da publicação da presente Lei, deverão ser elaborados o Estatuto e o Regimento da FACILCAM, para aprovação do Governador do Estado do Paraná, após pronunciamento do Conselho Estadual de Educação, na forma do art. 39, da Lei n. 4978, de 05 de dezembro de 1984 - Sistema Estadual de Ensino.

Art. 7.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até o limite de Cz\$ 11.388.500,00, destinado às despesas de implantação e funcionamento da Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, servindo como recursos para a respectiva cobertura de qualquer das formas especificadas no § 1.º, do art. 43, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. A Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, deverá ter seu Orçamento Próprio aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 8.º - Esta Lei, que possibilita o cumprimento das obrigações assumidas no convênio referendado pela Resolução n. 27/86/ALE, de 04.08.86, entrará em vigor na falta de sua publicação, ficando revogadas a Lei n. 02/84, de 29 de agosto de 1984, e demais disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 168/86.

Curitiba, 15 de dezembro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Federal Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná - UNIOESTE, com sede e foro na Cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, sob a forma de fundação de Direito Público, agregando, como estabelecimento de ensino superior do Sistema Estadual de Ensino, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL, a Faculdade de Ciências Aplicadas de Foz do Iguaçu - FACISA, a Faculdade de Ciências Humanas de Mal. Cândido Rondon - FACIMAR e Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Busato", de Toledo - FACITOL.

Com a presente proposição, o Poder Executivo atenderá a antiga e justa reivindicação da região Oeste do Paraná, cumprindo compromisso assumido no Convênio celebrado com os municípios-sede das uni-

dades de ensino a serem congregadas, referendado por essa Augusta Assembléia Legislativa, através da Resolução n. 26/86, de 04 de agosto de 1986, publicada pelo Diário Oficial do Estado n. 2.340, de 14 do mesmo mês. A medida consulta os superiores interesses de nosso Estado, porque possibilitará expressivo desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, promovendo a melhor divulgação científica, tecnológica, cultural e artística, além de ensinar maiores oportunidades de ingresso da população jovem da região a cursos de nível universitário.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a inclusão do assunto na pauta do atual período de convocação extraordinária.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 296/86

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a FUNDAÇÃO FEDERAÇÃO ESTADUAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, para reunir e integrar, sob forma jurídica de Fundação de Direito Público e como estabelecimentos isolados de ensino superior do Sistema Estadual de Ensino, as entidades referidas no art. 3º, atendidas as normas legais aplicáveis a entidades congêneres do Estado.

§ 1º - A Fundação Federação Estadual de que trata este artigo, gozará de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, e organizar-se-á com estrutura e método de funcionamento, nos termos da legislação em vigor e de seu Estatuto.

§ 2º - O Governador do Estado do Paraná designará representantes do Estado nos órgãos constitutivos da Fundação Federação Estadual.

Art. 2º - São fins da UNIOESTE a realização e o desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 3º - A UNIOESTE congregará:

I - A Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL;

II - A Faculdade de Ciências Aplicadas de Foz do Iguaçu - FACISA;

III - A Faculdade de Ciências Humanas de Mal. Cândido Rondon - FACIMAR;

IV - A Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Busato" de Toledo - FACITOL.

Parágrafo único. A situação dos corpos docente e técnico-administrativo das instituições integradas na UNIOESTE será

definida pelo Estatuto previsto no art. 6º.

Art. 4º - A receita financeira da UNIOESTE será proveniente:

I - das dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento do Estado;

II - dos auxílios, doações e subvenções federais e municipais, ou de outras origens;

III - das contribuições escolares;

IV - das taxas e emolumentos escolares;

V - dos rendimentos de serviços prestados;

VI - das contribuições financeiras decorrentes de convênio, acordo ou contrato;

VII - das rendas patrimoniais;

VIII - das rendas eventuais;

IX - de saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 5º - O Patrimônio da Fundação será constituído:

a). dos bens imóveis, móveis, equipamentos e instalações que lhe forem expressamente destinados;

b). dos saldos dos exercícios anteriores;

c). dos auxílios, doações e legados recebidos de pessoas naturais ou entidades de direito público ou privado.

Art. 6º - Dentro de sessenta (60) dias e cento e vinte (120) dias, respectivamente, a contar da publicação da presente Lei, deverá ser elaborado o Estatuto, bem como o Regimento da UNIOESTE, para aprovação do Governador do Estado, após pronunciamento do Conselho Estadual de Educação, na forma do artigo 39, da Lei n. 4.978, de 05 de dezembro de 1964 - Sistema Estadual Ensino.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial até o limite de Cz\$ 52.152.383,00, destinado às despesas de implantação e funcionamento da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná - UNIOESTE, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único. A Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná - UNIOESTE, deverá ter seu Orçamento Próprio aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembléia Legislativa do Estado.

Ar 8º - Esta Lei, que possibilita o cumprimento das obrigações assumidas no Convênio referendado pela Resolução n. 26/86/ALE, de 04.08.86, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, a retirada e arquivamento do Projeto de Lei n. 282/86, que dispõe sobre a alteração das divisas dos Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Tereziinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, de autoria dos mesmos.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(aa) SÉRGIO SPADA e
TÉRCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a apreciação do Projeto de Lei n. 293/86, oriundo da Mensagem n. 162/86, para que o referido Projeto receba Parecer e seja dado à Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o plenário, REQUER a desanexação do Projeto de Lei n. 172/86, de sua autoria, do Projeto de Lei n. 178/86, bem como seu posterior arquivamento.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador MENOTTI CAPRILHONE, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade, face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. EROS CUNHA, ocorrido no dia 15 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador MENOTTI CAPRILHONE, ocorrido na data de hoje.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) DONATO GULIN.

Apoiamto: AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. MENOTTI CAPRILHONE, ocorrido nesta madrugada, em nossa Capital.

Membro de tradicional família curitibana, Menotti Caprilhone desaparece aos 72 anos de idade, deixando viúva Dona Edi Saporski Caprilhone, com quem completaria suas bodas de ouro em janeiro próximo. O casal não deixa filhos.

Foi exemplar funcionário público estadual, onde exerceu diversos cargos de relevância na Secretaria da Agricultura.

Por 25 anos consecutivos, exerceu mandato de Vereador, sendo um dos mais destacados Parlamentares em nosso Executivo Municipal.

Menotti Caprilhone está sendo velado na Capela do Hospital Nossa Senhora das Graças. Às 16:00 horas haverá missa de corpo presente, sendo que o féretro será às 17:00 horas, para o Cemitério Municipal.

Assim, nada mais justo que prestarmos nossa derradeira homenagem ao ilustre político do passado, dando-se ciência da decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, congratulando-se e cumprimentando pela eleição, à nova diretoria da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, que ficou assim composta:

Presidente:

ALZEMIRO FRANCISCO RECH
Prefeito de Jardim Alegre.

Primeiro Vice-Presidente:
MAURO PINTO DE ANDRADE
Prefeito de Rio Bom.

Segundo Vice-Presidente:

UBIRAJARA GOMES FERNANDES

Prefeito de Marumbi.)

CONSELHO FISCAL (Efetivos)

JOSÉ EDNO VANZELLA

Prefeito de Bom Sucesso.

OSÓRIO RIBEIRO

Prefeito de Lunardelli

RODOLFO HAIDER

Prefeito de Borrazópolis

CONSELHO FISCAL (Suplentes)

SEBASTIÃO MORAIS

Prefeito de São João do Ivaí

PERSEU MATHEUS PUGLIESI

Prefeito de Jandaia do Sul

JOSÉ CARLOS BATIANI

Prefeito de Faxinal

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata de hoje, de um voto de congratulações à Comunidade de Arapoti, pelo transcurso do 31.º aniversário desse proeminente município, no dia 18 do mês em curso.

Requer, ainda, que seja dada ciência da decisão do Plenário, ao Excelentíssimo Sr. Dr. LUIZ FERNANDO DE MASI, DD. Prefeito Municipal de Arapoti.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Tal evento se reveste de importância para o Paraná, já que Arapoti vem se destacando com o esforço da sua laboriosa gente, na ascensão do nosso Estado junto à comunidade brasileira.

Desde a sua fundação, Arapoti vem demonstrando, através do seu trabalho em todos os setores, quer econômico, político e social, a pujança do paranaense no cenário nacional, e razão pela qual esta Casa, como legítima representante do povo, não pode deixar de registrar tal acontecimento, já que, pela tradição e vigor do seu povo, nunca faltou ao chamado para prestigiar e sustentar o desenvolvimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, na forma legal, a consignação de um voto de regozijo ao ilustre e idôneo empresário Rubens Armando Brustolin, pela sua posse na presidência da Federação do

Comércio do Estado do Paraná.

Com a sua competência e comprovada honestidade, a par de notável capacidade de trabalho, Rubens Armando Brustolin representa com dignidade o empresariado do Paraná, motivo pelo qual é merecedor desta homenagem da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Brazílio de Araújo Neto, solicitando a instalação de um posto da CAFE DO PARANÁ, no Distrito de Mauá da Serra, no Município de Marilândia do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

No Distrito de Mauá da Serra, localiza-se um significativo número de propriedades rurais, cujas explorações agropecuárias ficam costumeiramente dependentes da aquisição de vários tipos de insumos, os quais, não sendo encontrados no Distrito, obrigam os agropecuaristas a buscá-los em outras localidades, o que traz um acréscimo no custo final da produção, além de outros problemas e inconvenientes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente a Suas Excelências os Srs.: Dr. IRIS REZENDE, Ministro da Agricultura; Dr. JOÃO SAYAD, Ministro do Planejamento e Dr. DILSON FUNATO, Ministro da Fazenda, pedindo imediatas providências no sentido de alterar a forma atual de pagamento, em quatro parcelas, do trigo, e coibir a cobrança de juros abusivos no desconto das duplicatas referentes a estes pagamentos.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A agricultura, setor de produção de real grandeza e principalmente no Estado do Paraná, vem sendo penalizada com as medidas adotadas pelo Governo Federal, na área econômica.

A cultura do trigo, vem se expandindo e se aprimorando, alcançando índices crescentes de produtividade, fazendo diminuir a importação do produto, e portanto, contribuindo no esforço nacional de am-

pliação do superávit da balança de pagamentos de nosso comércio com outras Nações.

O esforço do triticultor deve receber do Governo uma resposta positiva, no sentido de incentivá-lo, para que possamos alcançar a auto-suficiência na produção para o abastecimento interno do país, o que não vem ocorrendo.

O parcelamento, em quatro vezes, do pagamento da safra, com o agravante de as instituições financeiras, inclusive o Banco do Brasil, estarem cobrando de 9% a 10% ao mês, no desconto das duplicatas, referentes a tal pagamento, vem descapitalizar o triticultor, e como consequência, desincentivar o plantio de trigo.

Esta situação insuportável, necessita ser revertida imediatamente, para o qual solicito a Suas Excelências, providências imediatas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente dirigido ao Ilustríssimo Sr. Diretor Geral do DETRAN - Departamento Nacional de Trânsito no Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de estudos visando avaliar a possibilidade de o Departamento de Trânsito existente na municipalidade de Juranda, vir a pertencer à CIRETRAN de Ubiratã.

Trata-se de uma reivindicação bastante antiga, por várias vezes encaminhada pelo Excelentíssimo Sr. Diemes Amadei, Prefeito Municipal.

Segundo ele, a maior parte das atividades afetas ao setor de trânsito, quando não são tratadas no próprio município, têm que ser resolvidas em Campo Mourão, cidade que fica distante a mais de 75 quilômetros.

Deste modo, acatando também postulação da Câmara Municipal de Vereadores, através do nobre Edil Messias Brasil, o presente requerimento tem por propósito, reiterar os termos de que é de vital importância que o Município de Juranda venha a pertencer à CIRETRAN de Ubiratã, município que se situa a poucos quilômetros, e onde os contatos são mais frequentes por parte da população jurandense.

Pelas razões que se apresentam, aguarda-se a tomada de uma posição favorável a respeito deste assunto, cuja importância para Juranda é indiscutível.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente dirigido ao Ilustríssimo Senhor Titular do DSTC - Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, para a implantação de um ponto de ônibus na localidade de Jóia, no trecho situado entre Bandeirantes, no Município de Goioerê, até o município de Formosa do Oeste.

O transporte de grande número de pessoas no referido trecho cresce a cada momento; nos ônibus, que fazem a linha, vão especialmente estudantes e trabalhadores rurais. Estes, estão a reivindicar a implantação de um ponto de ônibus naquele percurso, tendo em vista o grande número de pessoas que lá residem, mas que são obrigadas a se deslocarem a outros pontos distantes de suas residências.

Pelas razões que se apresentam, aguarda-se, por parte do referido Departamento e dessa Pasta, a tomada de providências que venham de encontro ao que ora é proposto, proporcionando, conseqüentemente, maior segurança e comodidade à população.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER À Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja remetida correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração encarecendo a liberação de recursos para a construção de calçamento para pedestres ao redor do Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Ubiratã.

Trata-se de reivindicação postulada pelo Ilustríssimo Senhor Lauro Hryniewicz; na qualidade de Diretor daquele tradicional e conceituado estabelecimento de ensino ubiratanense, o mesmo afirma ser importante o calçamento ao redor do Colégio, principalmente agora com a conclusão do asfaltamento das vias lá existentes.

Mas, para que a presente proposta venha a ser uma realidade, é imprescindível que essa Pasta autorize a liberação de recursos para tal finalidade que, sem dúvida alguma, é de grande importância.

Sala das Sessões, em 17.12.86

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 297/86

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Wenceslau Braz, o imóvel de sua propriedade, constituído de um lote nas esquinas das Ruas 7 de Setembro e Barão do Rio Branco, na cidade de Wenceslau Braz, com área de 300.00 m2, conforme Transcrição n. 9083, Livro 3-S, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Comarca de Wenceslau Braz

Estado do Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS

Joaquim Gil

Oficial

C E R T I D ã O

CERTIFICO a pedido verbal de parte interessada, que revendo neste Cartório o livro 3-S de Transcrição das Transmissões, nele às fls. 173, encontrei o registro do teor seguinte: ANO: 1951 NÚMERO DE ORDEM: 9083 DATA: 12 de novembro ... CIRCUNSCRIÇÃO: A de W. Braz DENOMINAÇÃO: Esquina das Rs 7 de Setembro e Barão do Rio Branco

.....
CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: Consta de uma casa assobrada, com as paredes externas de tijolos e internas de madeira, situada nas esquinas das Ruas 7 de Setembro e Barão do Rio Branco, nesta cidade, e do respectivo terreno, de forma retangular, com a área de 300m2 (trezentos metros quadrados) ou sejam 25 m de frente para a rua 7 de setembro, por 12 m de frente para a Rua Barão do Rio Branco, dividindo pelos fundos com propriedade de terceiro, cuja propriedade o transmitente houve pela transcrição n. 8.051, às fls 172 a 173 do livro 3-R, neste Cartório.....

ADQUIRENTE: O ESTADO DO PARANÁ

TRANSMITENTES: CESAR DA PAIXÃO NICOLAU ...

TÍTULO: Compra e Venda

FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO Escritura lavrada na 6.^o Tabelionato de Notas da Cidade de Curitiba, pelo respectivo titular, no livro n. 31, às fls. 13v. em 17.11.1950.....

VALOR: Cr\$ 255.220,00 (duzentos e cinqüenta e cinco mil, duzentos e vinte cruzeiros).....

CONDIÇÕES: Boa firme e valiosa venda. Eu,

(a) Cacilda Bueno Mendes, Escrevente Juramentada, a registrei. Sobre os respectivos sêlos, (a) Gustavo Bueno Mendes.....

AVERBAÇÕES: EM BRANCO

Era o que se continha em dito registro, do qual extrai a presente certidão, está conforme e dou fé EU, Manoel Gil Neto, a fiz datilografar e subscrevi.

Wenceslau Braz, 04 de janeiro de 1984.

(a) MANOEL GIL NETO - E. Juramentado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Leio para que conste nos Anais da Casa.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA

10.^a LEGISLATURA

ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, reuniu-se a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, em caráter extraordinário, para analisar a questão dos professores estaduais em greve e que, por essa razão, estavam acampados em áreas do Centro Cívico. A presente reunião, iniciada às 10:00 horas, contou com a presença dos seguintes Deputados: Adhail Sprenger Passos Presidente, Odeni Mongruel, Tadeu França e Ezequias Losso; membros efetivos e o Deputado Djalma de Almeida César; membro suplente, e ainda dos Deputados Márcio Almeida, Basílio Zanusso e Nestor Baptista, este último, Líder da bancada do PMDB e do Governo na Assembléia Legislativa. A reunião contou ainda, com a presença do Professor Paula Maia de Oliveira, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, dos professores membros da Comissão de Greve e de inúmeros professores grevistas, que lotaram completamente as dependências do Auditório "Luiz Gabriel Sampaio", local da reunião. Havendo número legal, o Deputado Adhail Sprenger Passos - Presidente, deu por aberta a reunião extraordinária, dizendo de seus objetivos, fixando o roteiro dos trabalhos a serem desenvolvidos, tendo lido ofício recebido pela Comissão de Educação, da parte do Deputado Márcio Almeida, no qual é sugerida a realização da reunião extraordinária que se iniciava. Seguindo o roteiro fixa-

do, o Deputado Adhail Sprenger Passos e todos os demais Deputados fizeram seus pronunciamentos, os quais, encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. O Deputado Adhail Sprenger Passos, Presidente, em seu pronunciamento, propôs: 1. que a Comissão de Educação permanecesse em caráter permanente enquanto perdurasse a greve dos professores; 2. que a Comissão se propusesse ao trabalho de mediação entre o Governo do Estado e os professores grevistas, num processo de negociação que se fazia necessária. Os demais Deputados se pronunciaram favoravelmente à proposta apresentada, tendo o Deputado Tadeu França acrescentado a proposta da realização imediata de uma audiência com o Governos do Estado dos membros da Comissão de Educação, com a presença também, dos professores componentes da Comissão de Greve. O Deputado Tadeu França, por outro lado, acrescentou que, no caso da realização dos trabalhos de negociação a serem desenvolvidos com a mediação da Comissão de Educação, esta fosse representada pelos Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel. O Deputado Adhail Sprenger Passos, Presidente, deu por encerrada a fase dos pronunciamentos, e submeteu à aprovação dos deputados, as propostas apresentadas. Submetida à votação, as mesmas foram aprovadas por unanimidade, com a exclusão da presença dos professores-membros da Comissão de greve na audiência com o Governador. Enquanto os trabalhos eram desenvolvidos, o Deputado Nestor Baptista, Líder da Bancada e do Governo, providenciou a marcação da audiência com o Governador, o que foi comunicado aos presentes pelo próprio Deputado. Em seguida, o Presidente Adhail Sprenger Passos passou a palavra ao Professor Paulo Maia de Oliveira, solicitando que, em seu pronunciamento, informasse à Comissão de Educação da aceitação ou não; por parte dos professores em greve, da proposta pela qual a referida Comissão exerceria a tarefa de mediadora nos trabalhos de negociações que pudessem ser desenvolvidos entre os professores grevistas e o Governo do Estado. O Professor Paulo Maia de Oliveira, além de tecer considerações diversas sobre a questão da greve e sobre as reivindicações do magistério, afirmou que estava em condições de, naquele momento, tendo em vista a expressiva presença de professores, submeter à classe do magistério a proposta de mediação por parte da Comissão de Educação, forma pela qual se poderia antever a possibilidade de negociação entre os professores em greve e o Governo do Estado. Submetido à votação entre os professores presentes, a proposta foi aprovada por unanimidade. O pronunciamento do Professor Pau-

lo Maia de Oliveira também se encontra registrado em notas taquigráficas traduzidas que passam a fazer parte integrante da presente Ata. O Presidente da Comissão de Educação, em seguida, determinou a suspensão da reunião, convidando os Deputados para que imediatamente seguissem ao Gabinete do Governador João Elísio Ferraz de Campos, para a audiência já definida anteriormente. Ficou registrado o fato que ocorreu em torno das 12:00 horas. No Gabinete do Governador com a presença dos Deputados membros da Comissão de Educação, do Governador João Elísio Ferraz de Campos, do Deputado Nestor Baptista, Líder da Bancada do PMDB e do Governo, da Secretaria de Educação, Professora Gilda Poli da Rocha Loures e de assessores do Governo nas áreas de educação administração e finanças, realizou-se a audiência programada, quando o Deputado Adhail Sprenger Passos, na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, relatou o desenvolver da reunião da Comissão referida havida até aquele momento nas dependências do Poder Legislativo, tendo solicitado, de início, ao Governador, da sua aceitação ou não de se iniciar um processo de negociação com os Professores em greve, tendo a Comissão de Educação, nas pessoas dos Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel, como mediadores dessas negociações. O Governador João Elísio Ferraz de Campos, após tecer considerações, respondeu afirmativamente, tendo, outrossim, declarado extremamente gratificado por essa deliberação da Comissão e a certeza do êxito nos trabalhos a que a Comissão se propunha. Em seguida, os presentes permaneceram em debate intenso sobre as reivindicações do magistério e o processo pelo qual as negociações poderiam ser encaminhadas. Desse debate resultou uma proposta de encaminhamento que deveria ser levada à Comissão de Greve dos professores, qual seja a de se criar uma Comissão de Alto Nível para conduzir as negociações, da qual participaram pessoas da sociedade civil desvinculadas da Administração Estadual, escolhidas pelos professores, da qual participariam também, os Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel, com a finalidade de estabelecer as negociações entre os Secretários envolvidos nas questões objeto das reivindicações do magistério e a Comissão de Greve. A reunião no gabinete do Governador encerrou-se às treze horas e trinta minutos, tendo o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Adhail Sprenger Passos, convidado os membros da referida Comissão para se dirigirem ao Auditório "Luiz Gabriel Sampaio" na Assembléia Legislativa, para dar ciências aos professores da proposta acertada. Às 14:00 horas, o Presidente da Comissão

de Educação, em presença da Comissão de Greve, reabriu a reunião da Comissão de Educação, dando ciência aos professores do desenvolvimento da audiência no Gabinete do Governador, expondo, ao final, a proposta aventada. Dada à presença parcial da própria Comissão de Greve e a necessidade de se ouvir a Assembléia Geral dos professores em greve, foi resolvido que, no dia seguinte, a resposta dos professores seria dada diretamente ao Presidente da Comissão de Educação. Assim sendo, o Deputado Adhail Sprenger Passos, suspendeu a reunião às 15:00 horas. No dia seguinte (25 de setembro), no período da tarde, o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Adhail Sprenger Passos, recebeu o Professor Paulo Maia de Oliveira, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, a informação de que os professores em greve, reunidos em Assembléia Geral, não aceitaram a proposta da criação da Comissão de Alto Nível como registrado anteriormente; no entanto, apresentaram a contraproposta de iniciar as negociações entre o Governo, representado por Secretários de Estado, em número a ser definido pelo Governador e a Comissão de Greve, com a participação como mediadora, da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, representada pelos Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel. Essa contraproposta, à noite, pelo telefone, foi levada pelo Deputado Adhail Sprenger Passos, ao conhecimento do Governador João Elísio Ferraz de Campos que se encontrava em viagem pelo Interior do Estado; ela foi prontamente aceita, ficando decidido que, no dia seguinte, às 12:00 horas, ainda pelo telefone, o Governador indicaria os secretários que comporiam a Comissão de negociação, representando o Governo, o que de fato ocorreu, tendo sido designados os seguintes secretários: Senhor José Carlos Campos Hidalgo, Secretário da Administração; Senhora Gilda Poli da Rocha Loures, Secretária da Educação; Senhor Olímpio de Paula Xavier, Secretário da Casa Civil, Senhor Otto Bracarense Costa, Secretário do Planejamento e Senhor Geroldo Hauer, Secretário das Finanças. Em dois momentos, no dia 26 de setembro, o Deputado Adhail Sprenger Passos entrava em contacto com os professores; primeiro, transmitindo que o Governador aceitou a contra-proposta apresentanda e depois informando a composição da comissão de Secretários. Posteriormente a esses contactos, o Presidente Adhail Sprenger Passos recebeu, do Presidente Paulo Maia de Oliveira a informação da decisão dos professores, obtida em Assembléia Geral, de que aceitam iniciar as negociações com a Comissão Governamental composta pelos secretários indicados. A primeira reunião de negociação, realizada nas dependências

da Secretaria da Administração, ocorreu somente no dia 30 de setembro, às 14:00 horas, com a presença dos Secretários de Estado, da comissão de Greve, dos professores e dos Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel, tendo em vista que os secretários solicitaram algum tempo para realizarem reuniões isoladas a fim de que todos pudessem tomar conhecimento pleno das reivindicações do magistério. A essa primeira reunião, seguiram, no mesmo local e com os mesmos participantes, outras reuniões em alguns dias sucessivos, perfazendo ao todo cerca de vinte e oito horas de trabalho, ao final das quais chegara, a um entendimento, formalizado em documento hábil, que levado à Assembléia Geral dos professores em greve, foi aprovado, dando como resultado a cessação do movimento grevista e o levantamento do acampamento que os professores mantinham em determinado local do Centro Cívico, o que ocorreu no dia 14 de outubro de 1986.

Do documento firmado, cumpre-nos registrar, entre outros, os seguintes pontos:

1. Envio, por parte do Governador, à Assembléia Legislativa do Paraná, das seguintes mensagens e respectivos projetos de lei:

a). normalizada a concessão das férias regulamentares anuais aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, que prestam serviços administrativos nos estabelecimentos de ensino ou em órgãos da Secretaria de Educação, assim como dispor sobre a contagem em dobro dessas férias;

b). objetivando fixar o vencimento mensal do cargo de Professor PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, em três vezes o valor do salário-mínimo, a partir de 1º de janeiro de 1987;

c). objetivando autorizar o Poder Executivo a implantar aos Professores e Especialistas de Educação, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, o regime diferenciado de trabalho;

d). objetivando alterar os dispositivos que especifica da Lei Complementar n. 7, de 22.12.76 (Estatuto do Magistério);

e). objetivando dar nova redação ao art. 34, da Lei Complementar n. 7, de 22.12.76, alterada pela de número 13, de 23.12.81, na parte que trata de interstício para promoções de integrantes do Quadro Próprio do Magistério; e,

2). A criação, na estrutura administrativa do Governo Estadual, de uma Comissão Permanente de Negociações, com o fim de, em reuniões periódicas, manterem um diálogo permanente com a Associação dos Professores do Paraná, objetivando continuar a discussão das reivindicações ainda não atendidas, no todo ou em parte, bem como analisar a aplicação das medidas pro-

gramadas, que em última análise visavam a melhoria do ensino.

Fica registrado que, no decorrer dos trabalhos ora registrados, a Comissão de Educação recebeu outro ofício do Deputado Márcio Almeida, solicitando nova reunião da referida comissão, tendo o Presidente Adhail Sprenger Passos mandado arquivar, por estar a Comissão de Educação em reunião permanente.

Cumpra registrar, igualmente, que após encerrada a greve e levantado o acampamento dos professores no Centro Cívico, o Deputado Adhail Sprenger Passos, Presidente da Comissão de Educação, foi convidado pelo Arcebispo Metropolitano, D. Pedro Falduto, a comparecer na sede da Associação dos Professores do Paraná, onde cinco professores estavam em greve de fome por não concordarem com as decisões adotadas, inclusive pelos professores, em Assembléia Geral, alegando, outrossim, desconfiança no atendimento do que foi acertado.

Durante várias horas, foi mantido, pelo Deputado Adhail Sprenger Passos, um diálogo com os referidos professores, na presença do Arcebispo e de dois advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil; os professores em questão permaneceram em greve de fome por mais alguns dias.

Não havendo mais justificativas para manter a Comissão de Educação em reunião permanente, o Presidente Adhail Sprenger Passos, Presidente, resolveu encerrá-la no dia 16 de outubro de 1986, determinando a lavratura da presente Ata, o que foi feito por mim, Maria Aparecida Amaral, Secretária, a qual, depois de aprovada, é assinada pela Secretária e pelo Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS
Presidente
Maria Aparecida Amaral
Secretária".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tomei a iniciativa de ler esta Ata, para que ela ficasse registrada nos Anais da Casa.

E, nesta oportunidade, justifico esta minha decisão, para dizer a cada um dos Srs. Deputados, a todos, e em especial àqueles que foram reeleitos, que, em continuidade ao trabalho que procurei desenvolver nesta Casa, desde o início de 1983, tenho para mim a valorização deste Poder; tenho para mim que a recuperação do prestígio do Poder Legislativo passa pela valorização do trabalho das Comissões Técnicas e faço um apelo a todos os Deputados que continuarão aqui a desempenhar o seu importante papel que, ao notificarem a necessária reformulação da estrutura do Poder Legislativo do Estado do Paraná, façam-na no sentido de dar a cada Comissão

Técnica desta Casa, diminuindo seu número no sentido de que este Poder não seja entendido pela opinião pública apenas como funcionando durante as sessões plenárias, tão importantes também, mas este Poder tem que funcionar para poder, definitivamente, cumprir com seu elevado papel de verdadeiro representante do povo, porque é uma estrutura multipessoal e, portanto, multiclassista e não um Poder unipessoal. Aqui representa-se a sociedade, e por isso, este poder vem também valorizar o trabalho que se desenvolve e devia se desenvolver de maneira bastante intensa nas Comissões Técnicas desta Casa.

Recordo-me que, ainda no período legislativo, quando o Presidente desta Casa, o Sr. Deputado Trajano Bastos, eu, o Deputado Mário Pereira e alguns outros, nos deslocamos com a Comissão de Obras Públicas desta Casa, para analisar problemas atinentes a esta responsabilidade, para o Interior do Estado, às nossas custas, mas para dar um exemplo de valorização do Poder Legislativo, que passa, necessariamente, pela valorização das Comissões Técnicas e pelo trabalho.

Evidentemente que as mesmas, funcionando adequadamente, como devem funcionar, possam, efetivamente, dar a este Poder, o papel que ele tem o dever de desempenhar, não apenas no Plenário, mas também, com esta estrutura político-administrativa, que se compõe de uma gama de Comissões Técnicas, para analisar e, cada uma delas, dentro do seu campo específico, os problemas que afligem a comunidade paranaense.

Não vejo outra maneira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de valorização deste poder, se não se fizer esta reformulação na estrutura do mesmo, para valorizar o trabalho das Comissões Técnicas; e, aos Deputados, individualmente, cabe o grande dever de, naturalmente, dar às Comissões Técnicas que participam, não apenas esta formalidade mas, trabalhar efetivamente, para discutir e encaminhar soluções para os problemas que afligem a população do Paraná.

Este Poder, Sr. Presidente, repito, é um Poder essencialmente democrático, porque ele representa um corte vertical na própria estrutura da sociedade; aqui existem empresários, aqui existem profissionais liberais, aqui existe uma gama inumerável de pessoas que trazem para cá problemas, para que, no conjunto de suas posições, possam trazer a síntese daquilo que interessa à população paranaense.

Por outro lado, Sr. Presidente, é meu objetivo, nesta oportunidade, despedir-me de todos os Deputados, já que o resultado eleitoral não me foi favorável.

Não vou aqui analisar as dezoito razões que já tenho anotadas, que levaram,

não a mim, mas aos candidatos de Curitiba, sem analisar os candidatos do Interior; são dezoito razões pelas quais, Curitiba, na verdade, com 701.000 eleitores, não conseguiu por si só - vejam bem - por si só, repito, eleger sequer um Deputado.

Todos os Deputados que têm domicílio eleitoral em Curitiba, conseguiram suas eleições porque foram buscar lá fora, em outros municípios, o apoio de que tinham necessidade para se eleger.

Por outro lado, Sr. Presidente, saio desta Casa, gratificado. Gratificado, e, naturalmente, com um pouco de amargor, mas com a consciência tranqüila de que aqui cumpri com o meu dever, e com a consciência tranqüila de que não comprei votos, não paguei cabo eleitoral, não aceitei apoio financeiro de grandes grupos econômicos.

E, por isso, tive uma votação que, naturalmente, não foi suficiente para que eu permanecesse nesta Casa.

Mas, permaneço na vida pública. Volto a assumir a minha função na Universidade Federal do Paraná, onde lá também poderei cumprir o meu dever social, tanto quanto aqui, e naturalmente, se a outras funções não vier eu a ser convocado.

Mas continuarei na Universidade, dando as aulas do curso de Urbanismo, dando as aulas nos demais cursos para onde for designado. E lá estou à disposição dos Srs. Deputados, onde espero ter deixado somente amigos.

Se cometi erros, peço desculpas. Mas tenho a certeza de que não os cometi. Que procurei agir em favor do bem comum, que não tive em momento algum, minha ação voltada para interesses pessoais, ou de meus parentes, ou de meus amigos, ou dos segmentos da sociedade a que participo.

Estive aqui, nesta Casa, defendendo os interesses segmentados, para poder dar nessa síntese o encaminhamento que achava melhor para o Paraná, como um todo, para a população paranaense em geral.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte, e quero dizer a Vossa Excelência, Sr. Deputado, ao se despedir deste Poder Legislativo, que Vossa Excelência deixa apenas a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas deixa as fileiras do nosso Partido. Vossa Excelência permanece com o cargo de Vice-Prefeito da Capital paranaense, que não deixa de ser um orgulho à nossa bancada e ao povo de Curitiba.

Vossa Excelência, Sr. Deputado, durante seu período nesta Casa, só enriqueceu este Poder Legislativo. Contribuiu muito com esta Casa e contribuiu muito com o po-

vo do Paraná e também com o ex-Governador José Richa, durante a sua administração.

Gostaria de dizer que, quando conhecemos Vossa Excelência no passado, não podíamos aqui negar, de forma alguma, o quanto Vossa Excelência carregou a bandeira do extinto MDB. Conhecíamos Vossa Excelência nesta caminhada. Participou dentro do PMDB, ajudando a estruturar este partido, no Paraná.

E, nós temos na nossa consciência, acima de tudo no nosso coração, o grande respeito a Adhail Sprenger Passos, pelo tanto que fez pelo povo do Paraná, pelo tanto que fez ao nosso PMDB, que, hoje, solidificado, imbatível nas urbs deste 1982 a 1986, e que também participou disso e nos auxiliou a essa grande vitória.

Ao deixar esse Parlamento, meu ilustre Deputado, nós sabemos que Vossa Excelência está enriquecido através de conhecimentos profundos, e haverá também de prestar auxílio à Universidade Federal do Paraná, como também a nós, Deputados, que precisamos muito de Vossa Excelência, para continuar dando o conhecimento que Vossa Excelência adquiriu.

Deputado Adhail Sprenger Passos, leve o meu abraço, e coloco-me à sua disposição, em todos os momentos, porque um grande guerreiro como Vossa Excelência, jamais será esquecido. E não esqueça, Deputado, que "quem foi rei, sempre será majestade".

Muito obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Agradeço as palavras de Vossa Excelência, mas quero retificar que não tenho cargo de Vice-Prefeito. Tenho o mandato de Vice-Prefeito. Cargo pressupõe função e o Vice-Prefeito fica apenas na expectativa de assumir na ausência do Prefeito. Tenho apenas um mandato. Cargo pressupõe salário, e eu não recebo salário sobre minha função.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado, nobre Deputado.

E eu, ao ser entrevistado por uma de nossas emissoras de televisão, logo após as eleições deste ano, lamentei, entre outras perdas que o Legislativo teve, especialmente de duas. Uma, no plano federal, com relação ao nobre Deputado Norton Macedo; ao meu ver a legítima expressão de cultura que o Paraná mandou, desde Bento Munhoz da Rocha Neto, ao Congresso Federal. E, no plano estadual, citei, entre outros, Vossa Excelência, que conheço há muitos anos.

Conheço Vossa Excelência prestando serviços ao povo do Paraná, e também colaborando com o brilho e a capacidade de inteligência que Vossa Excelência possui, no antigo PLADEP. Lembro-me muito bem que

Vossa Excelência foi um dos precursores do planejamento do Paraná, Vossa Excelência sabe disso.

Depois, tivemos a felicidade de convivemos numa Comissão Especial, por mim requerida, no Poder Legislativo, de prevenção de incêndios em Curitiba. Vossa Excelência fez um trabalho extraordinário, que lamentavelmente, não foi aproveitado pelo Prefeito da época, Jaime Lerner. Foi o mais absoluto descaso de uma autoridade, por um dos assuntos mais palpitantes e mais urgentes para ser resolvido, em Curitiba, - até hoje não foi - é a prevenção de acidentes de incêndios. Nossa cidade está completamente órfã neste sentido, Vossa Excelência sabe disso!

Depois, aqui no Poder Legislativo, convivemos praticamente às turras, Vossa Excelência defendendo uma posição que é a bandeira do vosso partido, que motivou duas vitórias excepcionais: de 1982 e 1986. A bandeira do PMDB acenou ao povo brasileiro, contra a corrupção, pela modificação dos costumes, dos hábitos, e não vamos discutir aqui se o PMDB fez valer ou não a sua tese, mas Vossa Excelência foi um dos defensores e na prática provou que era fiel sempre à pregação civilista do PMDB, nos palanques de 1982.

Vivemos sempre às turras, aqui dentro! Mas, no final deste mandato, realmente o Legislativo do Paraná perde uma figura impar; os Anais desta Casa estão aí para comprovar as minhas afirmações, Vossa Excelência deixa uma lacuna no Poder Legislativo, pela coerência, pelo espírito público, e acima de tudo, pela honestidade pessoal.

Resultado de eleição é episódio. Vossa Excelência sabe disso, as mesmas dificuldades que Vossa Excelência enfrentou, eu também senti na carne, após trinta anos de prestar serviços, na minha cidade, eu tive uma votação ridícula, pelo trabalho que exerci, desinteressadamente, pelo meu Município, na minha cidade, vamos dizer assim, quase todos os cargos. Mas isso é um episódio; são tantos os episódios que nós temos que aceitar!

Vossa Excelência sai desta Casa, como bem diz, com a consciência do dever cumprido, e isso é tudo!

Muito obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu é que agradeço.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Adhail Sprenger Passos.

Tive a oportunidade de, em diversas ocasiões, participar com Vossa Excelência em Comissões Técnicas e Comissões Parla-

mentares desta Casa, e ali pude aprender com Vossa Excelência, com sua capacidade intelectual, por ser um homem preparado, por já ter participado também do Legislativo Municipal de Curitiba, a sua vocação é realmente a vocação de um parlamentar, porque, como homem que entende, procurou fazer do parlamento do Paraná, um Parlamento à altura do nosso povo.

Fica, pois, a homenagem nossa, a homenagem dos companheiros, e tenho a certeza que aqui estamos falando em nome de toda a bancada do PMDB, porque Vossa Excelência, como fundador do MDB, como rearticulador do PMDB, hoje, ao se despedir desta Casa deixa, como disse o Deputado Erondy Silvério, uma lacuna. Quiçá alguém possa preencher algum dia, dada a sua capacidade, e quem perde neste momento, é o Parlamento do Paraná!

Muito obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro - Vossa Excelência disse, no começo do seu pronunciamento, que não traria as razões que o levaram a um resultado negativo, nas eleições.

Minha convivência política com Vossa Excelência vem da Câmara Municipal de Curitiba.

Na época, Vossa Excelência liderava a Bancada da Oposição e eu liderava a Bancada do Governo.

Hoje, Vossa Excelência é um Deputado do Governo, e eu sou um Deputado da Oposição, e sei uma das razões pelas quais Vossa Excelência não foi eleito, agora, no dia 15 de novembro.

Conhecendo o caráter de Vossa Excelência, conduta reta, eu sei que Vossa Excelência se recusou, peremptoriamente, a ingressar nesse leilão eleitoral que tomou conta do último pleito no Estado do Paraná.

Sofri como Vossa Excelência, este mesmo sentimento. Fui mais feliz, por circunstâncias diversas, de várias conjunturas. Mas, ao dizer isso, Deputado Adhail Sprenger Passos, quero prestar minha homenagem mais comovida, mais sincera; estivemos divergindo quase que sempre. Tínhamos um ponto comum: o trabalho, seja na Câmara de Curitiba, seja na Assembléia Legislativa. Mas, nas nossas divergências, brotaram idéias comuns de valorização do Vereador, do Deputado, do Parlamento, sobretudo do respeito que o homem público tem que dedicar àqueles que ele representa.

Portanto, considero que Vossa Excelência sai da Casa, deixando aqui o mesmo exemplo que deixou no trabalho: de trabalho, lealdade, sinceridade e uma dedicação

ção realmente muito grande à causa pública, sem abrir mão dos seus princípios para alcançar mais facilmente os votos necessários para uma eleição.

Meus parabéns a Vossa Excelência e creia, eu considero o nosso convívio como Vereador e como Deputado, o nosso convívio dos mais produtivos e fraternais.

Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Na vez anterior, quando Vossa Excelência foi à tribuna tratar, como sempre o faz, com muita profundidade, com seriedade, os assuntos que o levam à tribuna desta Casa, resguardei-me para que hoje, quando Vossa Excelência despede-se da tribuna, prestar-lhe homenagem de um companheiro, de um amigo, que teve nesta Casa, e alguns Deputados que lhe inspiraram uma norma de conduta.

E, entre os Deputados que me inspiraram uma norma de conduta, destaco Vossa Excelência, pela seriedade, pelo companheirismo e pela humildade, Deputado Adhail Sprenger Passos.

Lembro-me muito bem, quando no desempenho de líder da Bancada do PMDB, que da larga experiência de Vossa Excelência, todas as vezes que, ausentado do plenário ou do seu gabinete, Vossa Excelência sempre procurou ligar para a Liderança e dizer onde ia, para que se necessário fosse chamado, a se somar com nossa bancada, na defesa dos interesses comuns da nossa gente.

Lamento, profundamente, que na próxima legislatura, Vossa Excelência não esteja conosco na Bancada. Seria muito mais seguro tê-lo ao nosso lado. Mas tenho a certeza plena, que a conduta de Vossa Excelência, o seu ímpeto de continuar lutando pelo nosso Paraná e por Curitiba, não lhe afastará da vida pública. E seu exemplo continuará aqui, para nós que estamos repetindo o nosso primeiro mandato, e lembrado sempre para aqueles que começarem.

E Deus permita que essa Casa possa ser, um dia, a média daquilo que Vossa Excelência é, e o Parlamento será muito maior.

A minha homenagem a esse grande Parlamentar que no dia de hoje, da tribuna, faz a sua despedida, volta para suas funções de professor. E terão esses alunos, felicidade de tê-lo como mestre, e ficaremos aqui com uma lacuna de forma difícil de ser preenchida.

Deputado Adhail Sprenger Passos, o meu respeito, meu reconhecimento e meu muito obrigado pela inspiração que tive durante quatro anos de convivência com Vossa Excelência.

O Sr. Tadeu França - Peço aparte.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu consultaria a Mesa.

Com a palavra o Sr. Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França - Deputado Adhail Sprenger Passos.

Na condição de um dos membros da Comissão de Educação desta Casa, da qual Vossa Excelência foi o primeiro Presidente, tendo imprimido um trabalho coerente, dentro de padrões de disciplina, exemplo esse que mais uma vez se corrobora dessa tribuna, quando Vossa Excelência, ao se despedir, tendo sido o primeiro e último Presidente dessa Comissão, registra nos Anais dessa Casa, um dos grandes trabalhos derradeiros, tão bem apreciados.

Da nossa parte, foi com imensa satisfação que aqui juntos convivemos, sem qualquer exagero, a nível de Bancada do PMDB, a Fundação Pedroso Horta teve, através do seu testemunho, da sua participação e seu estímulo, a presença nítida que alcançou aqui em nossa Bancada. Nós temos absoluta certeza, Deputado Adhail Sprenger Passos, que um episódio apenas pode modificar-se em termos de face, mas, o episódio chamado luta democrática vai continuar.

Na condição de Vice-Prefeito de Curitiba, na condição de professor universitário, nós queremos vê-lo ainda, prosseguindo na condição de guia, de resgate dos caminhos do PMDB, em termos de Diretório, em termos da Fundação Pedroso Horta, em termos de participação, nós temos absoluta certeza de que haveremos de continuar, de certa forma, ou com muita ênfase, contando com a sua presença, e que tem sido sempre supra-partidária, pois, norteadas pelo respeito, pela seriedade, pela coerência, pela preocupação, e acima de tudo em deixar marcas, e, elas ficaram pela coerência em sua luta parlamentar.

Aqui ficam, portanto, nossas palavras, palavras que brotam do fundo de nossa alma, do fundo de nossa coração; palavras que são um manifesto de uma admiração que aprendemos a ter e a cultivar por Vossa Excelência, e a certeza de que esta despedida para nós, no máximo é um até breve, porque a luta prossegue na mesma ênfase, no mesmo ritmo, apenas por circunstâncias diferentes.

Da nossa parte, portanto, os nossos cumprimentos, os nossos agradecimentos pela oportunidade em ter em Vossa Excelência, o exemplo de um político digno, historicamente maduro no embate democrático, com referencial para todos nós que prosseguimos em outras frentes, mas que, haveremos de sempre retornar dentro do exemplo deixado por Vossa Excelência como ideal de

vida política a ser seguido.

Muito obrigado, portanto. Parabéns, pela sua luta, porque a luta pela dignidade da democracia não perece nunca, apenas, pode mudar de faces. E, tenha certeza, não dissemos um adeus, mas apenas um até breve, porque é nas mesmas fronteiras que haveremos de pelejar pelas mesmas causas que a plenitude democrática ainda precisa ser conquistada.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concluo, Senhor Presidente, estendendo os meus agradecimentos a todos os funcionários, sem distinção alguma, desde o nosso servidor de café, já que sou um inveterado tomador de café, até à Assessoria desta Mesa, a todos os funcionários desta Casa, deixo aqui, também, o meu agradecimento pela atenção extraordinária com que fui dispensado de todos os funcionários deste Poder.

O Sr. Mário Pereira - Permite-me um aparte nobre Deputado Adhail Passos. (Assentimento).

O Sr. Mario Pereira- Deputado Adhail, no início desta Legislatura, no ano de 1983, todos nós da Bancada do PMDB, principalmente, nos lembramos que tendo disputado Vossa Excelência, uma eleição para Deputado Estadual e o ex-Deputado Roberto Requião, a Deputado Estadual, nos presenciávamos em diversas oportunidade, de certa forma a disputa de liderança entre o Deputado Roberto Requião e o Deputado Adhail Sprenger Passos, e até algumas desavenças dentro da nossa Bancada, pois, ambos tinham os seus votos e os seus mandatos oriundos dos eleitores da Capital.

Três anos depois, o Deputado Roberto Requião sai candidato a prefeitura de Curitiba, pelo nosso Partido, e acompanhei de perto a escolha a um candidato a vice-prefeito de Curitiba.

Vi a preocupação do Deputado Roberto Requião, em buscar um homem para seu companheiro de chapa, que fortalecesse a sua candidatura, pela sua postura, pela sua dignidade, pela sua eficiência, pela sua competência, e fiz parte, também, de um grupo pessoas que conversou com Vossa Excelência. Porque nos parecia, a mim me parecia, que aquelas disputas e discussões que haviam com Deputado Roberto Requião, havia criado um asfaltamento. Mas, o Deputado Roberto Requião queria o Deputado Adhail Sprenger Passos para Prefeito: E o Deputado Adhail Sprenger Passos, num ato de grandeza, colocou seu nome à disposição e marchou junto naquela difícil eleição de 1985.

Muitos imaginavam que aquele gesto,

aquela disposição para se integrar naquela campanha, pudesse ser uma troca como garantia da reeleição do Deputado Adhail Sprenger Passos à Assembléia Legislativa. Pois, se Vossa Excelência teve um gesto de grandeza ao aceitar a candidatura de Vice-Prefeito, nesta eleição deu um exemplo maior ainda. Sendo Vice-Prefeito de Curitiba, homem que goza de respeito do Prefeito, do carinho do Prefeito, da amizade do Prefeito, e momento algum se valeu da estrutura da Prefeitura Municipal de Curitiba para garantir a sua eleição a Deputado Estadual.

Nos dois momentos, Deputado Adhail Sprenger Passos, quando aceitou a candidatura e agora que não se utilizou da máquina administrativa, Vossa Excelência deu um exemplo à Assembléia Legislativa. Deu um exemplo que eu já vim aprendendo com Vossa Excelência na Comissão de Transportes e Obras Públicas desta Casa, que tive oportunidade de, no primeiro ano de mandato presidir e verificar que, mesmo quando fomos para o Interior, para Guaraniaçu, lá no Oeste do Paraná, região eleitoralmente fora de sua região, mas fez questão de estar lá, presente independentemente de interesse eleitoral, da assiduidade daquela Comissão que, durante muitos anos, sequer se reuniu, pudesse ser um instrumento de fortalecimento do Poder Legislativo.

Portanto, a sua não eleição, dá, mais ainda, como Vice-Prefeito, a estatura do homem público que Vossa Excelência é que deixa a todos nós da Assembléia, um exemplo de dignidade, de seriedade e competência.

Obrigado.

O Sr. Trajano Bastos - Deputado Adhail Sprenger Passos concede-me um aparte?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Com muito prazer.

O Sr. Trajano Bastos - Deputado Adhail Sprenger Passos, eu não posso deixar de expressar a minha manifestação de admiração e respeito pelo companheiro que hoje se despede desta Casa. Sempre vi na conduta retilínea de Vossa Excelência um exemplo a ser seguido do homem público íntegro e de conduta irreparável. Vossa Excelência encarna o homem público idealista, o homem público que não se verga, o homem público que se manteve numa linha a ser seguida por todos nós. E também, por tudo isso e por mais, ser, Vossa Excelência meu conterrâneo. Guarapuava também deve se orgulhar de um filho seu ter passado por esta Casa e ter deixado o exemplo de dignidade e de coerência política que Vossa Excelência deixa para o futuro político do Paraná.

Receba, companheiro Adhail Sprenger Passos, a manifestação sincera, profunda, da minha admiração, do meu respeito. A par disto, os meus votos para que Vossa Excelência mesmo sem o mandato de Deputado, continue na vida pública, emprestando ao Paraná o seu idealismo, a sua conduta, a sua dignidade.

Muito obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Agradeço e, inclusive, agradeço à Mesa, a benevolência da extensão do tempo de minha permanência aqui nesta tribuna.

Muito obrigado a todos. (Com revisão do orador).

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, pelo PMDB, por dez minutos.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A sociedade brasileira está vivendo um dos períodos mais importantes, uma fase das mais decisivas para todos nós. Acreditamos que a década de 80 ficará para sempre ocupando um lugar de relevo na história de nosso País.

Este período de transição, de afirmação nacional, colocou em evidência a classe política por ser parte integrante e de grande peso na consecução dos objetivos populares e das esperanças nacionais que se estão traduzindo em mudanças.

Neste contexto de lutas e proposta para o ordenamento político, econômico e social, o Legislativo cumpre papel de grande destaque, daí estar em evidência a vida parlamentar, e, por conseguinte, esta Assembleia Legislativa. Os novos e auspiciosos ventos da democracia permitiram até o esmiuçamento do trabalho parlamentar. E graças a isso, nos foi possível acentuar quão complexo e diversificado é o nosso trabalho. Foi bom que a sociedade demonstrasse essa sede de saber, pois assim pudemos demonstrar que o desempenho parlamentar vai além da presença nesta tribuna, vai além do comparecimento em Plenário.

Quando o povo nos delega o mandato, nomeia-nos seu procurador. E essa procuração encerra um conjunto de obrigações, as quais tão bem Vossas Excelências conhecem, e as praticam como nós, no cotidiano desta Casa ou na constante atenção aos municípios e sua gente, na ciranda permanente pelos organismos da administração pública, ou ainda nas Comissões Técnica onde se burocratizam os projetos, analisaram-se as mensagens e aprimoram-se as proposições.

Todos nós, que labutamos aqui, sabemos que o trabalho não é fácil. Mas é, sem dúvida, uma tarefa das mais gratificantes.

Por isso, sentimos grande satisfação em haver participado de tão importante período desta mais que centenária Casa de Leis.

Foram quatro anos gratificantes em que pudemos desenvolver mais amplamente o trabalho que vínhamos prestando junto à comunidade.

Trouxemos a experiência da vida particular em diversas áreas e acrescentamos a ela a prática política para atender aos anseios populares, seja no esforço para aperfeiçoar e ampliar a nossa legislação, tornando-a atual e consentânea com o avanço da sociedade, seja no interesse de encaminhar as soluções para os problemas dos municípios e de sua população.

Nesse afã contribuimos com oito projetos de lei, alguns já aprovados e outros ainda em tramitação, como os que propõem a criação da Secretaria do Turismo e da Secretaria da Região Metropolitana, os quais haverão de se concretizar pela imperiosa necessidade de tais organismos; apresentamos 63 requerimentos e fizemos 85 pronunciamentos diversos, além de pareceres sobre variados assuntos. Fomos, ainda, honrados com a indicação para desenvolver trabalhos em diversas Comissões Técnicas, inclusive, em alguns cargos, exercendo a Presidência.

Contribuímos com os municípios que nos elegeram, levando inúmeros benefícios, entre os quais gostaríamos de citar o asfaltamento do trecho entre Tijucas do Sul e a BR-376, uma antiga aspiração dessa região vizinha de Curitiba. No mesmo setor, pudemos ver iniciados os projetos de asfaltamento do acesso ao Distrito Industrial de Rio Negro e o contorno Almirante Tamandaré - Colombo.

Graças ao nosso empenho, junto com lideranças municipais, vimos a instalação das Comarcas de Piraquara e Guaratuba. Conseguimos outras centenas de obras e melhorias nas mais diversas áreas, como Saúde, Educação, Segurança, Transportes, Comunicação e Agricultura.

Enfim, para não nos alongarmos, queremos dizer que foi um trabalho intenso e permanentemente voltado para a nossa gente, para os nossos municípios. Trabalho intenso mas, reafirmamos, gratificante, porque aqui, estreantes na vida parlamentar, encontramos ilustres homens públicos de larga experiência, com quem muito aprendemos e dos quais sempre recebemos apoio e incentivo.

Daqueles que, como nós, aqui iniciavam a atuação legislativa, tivemos companheirismo e compreensão; dos funcionários - imprescindíveis auxiliares - tivemos a co-

laboração indispensável; da imprensa, rádio e televisão, veículos que informam a população sobre o trabalho de seus representantes, recebemos apoio muito grande, talvez maior do que merecêsemos.

Agora, a partir de fevereiro, encetaremos nova caminhada, uma nova jornada na continuação do nosso trabalho. E, mais uma vez, teremos a alegria de estar participando de mais um momento de suprema importância para o nosso País. Vamos dar seguimento à tarefa a que nos propusemos e que o povo nos delegou, mas desta vez na Câmara Federal, colaborando com os demais companheiros do Congresso para a elaboração da nova Constituição Brasileira.

Deus queira que seja a Constituição com a qual o povo brasileiro sonha; que não nos faltem a ajuda e a divina orientação para que possamos corresponder aos anseios de milhões de brasileiros.

A par da atuação como Constituinte, daremos, em Brasília, a continuidade ao nosso trabalho, em outra esfera, em outro nível, porém, sempre com a mesma dedicação e o mesmo empenho, para cumprir o que propusemos ao nosso povo: um trabalho em favor do Paraná, em apoio aos nossos municípios, em defesa da família.

Embora amanhã ainda devamos retornar a esta tribuna para saudar o mais novo cidadão paranaense, o Coronel Rutildo Pulido, queremos que todos, Senhor Presidente e Srs. Deputados, recebam com uma despedida, como o mais sincero preito de reconhecimento.

Foi uma grande honra pertencer a esta Augusta Casa."

Muito obrigado. - (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
A Mesa consulta a Liderança do PDS.
(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PCB. (Declina).

Finalmente, havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Sr. Presidente, para comunicar à Casa, o falecimento, em Curitiba, do ex-Vereador desta cidade, Menotti Caprilhone, a quem a Assembléia Legislativa deve render a sua homenagem póstuma, neste momento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa fará registrar em Ata, a lembrança do nobre Deputado.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença nas galerias, da Sra. Patrícia Junqueira e Sílvia Oliveira, representante da Frente Ampla das Mulheres do Chile.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 233/86, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 136/86), que estabelece prazo unificado para prestação de contas de entidades públicas estaduais ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 289/86, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 165/86), que objetiva fixar para o exercício de 1987, a base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA, prevista no art. 3.^o, da Lei n. 8216, de 31.12.85. Visa, ainda, acrescentar incisos que especifica ao Art. 14, da referida Lei n. 8216/85. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 288/86, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 164/86), que objetiva modificar alguns dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), visando por em prática o regime especial trabalho policial previsto na referida Lei Complementar e sua alteração pela de número 19/84. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - **Em votação o projeto e a emenda.**

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, poderia anunciar a Emenda do Projeto de Lei Complementar n. 288/86?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - O

Sr. Primeiro Secretário lerá a Emenda do Projeto de Lei Complementar n. 288/86.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Lê o teor da emenda nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 01,
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 288/86

Artigo Único. Inclua-se, onde couber:
"Art. ... - O Anexo do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, a que se refere o Art. 290, da Lei Complementar n. 14/82, alterado pela Lei Complementar n. 19/83, fica modificado pela inclusão da carreira de INSPETOR DETETIVE, com Quadro composto de 200 vagas.

Art. ... - A tabela de que trata o Anexo II, da Lei Complementar n. 14/82, fica acrescida da carreira de INSPETOR DETETIVE, Classe Única, com índice percentual de 70% (setenta por cento) do vencimento do Delegado de Polícia de Primeira Classe.

Art. ... - O provimento do cargo de INSPETOR DETETIVE da Polícia Civil do Estado do Paraná será feito pelos integrantes da carreira de Detetive, atendidos os seguintes requisitos:

- a. exercício efetivo mínimo de 04 (quatro) anos na função de Detetive;
- b. possuir escolaridade correspondente ao Segundo Grau completo;
- c. ser integrante da carreira de Detetive antes da Lei n. 8290, de 07 de maio de 1986.

Parágrafo Único. Os Detetives que atenderem aos requisitos da presente Lei, serão providos de imediato para a carreira de INSPETOR DETETIVE.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) HERMAS BRANDÃO.

Apoio:

TRAJANO BASTOS
ORLANDO PESSUTI
FUAD NACLI
SÉRGIO SPADA e
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A decisão governamental de viabilizar o aproveitamento dos Agentes de Segurança na carreira de Detetive, através de um processo seletivo interno (todos os Agentes foram aproveitados), a par de constituir um notável estímulo para os policiais, com inequívoco reflexo, para melhor, na qualidade do serviço, agrupou em torno de um mesmo contingente de homens, a maioria absoluta das tarefas a cargo da Instituição.

Assim, a carreira de Detetive fica ampliada significativamente. Mas, é certo que dentro de seu contingente, devem existir homens a quem irá se exigir o desempe-

nho de algumas missões mais importantes, a quem se irá confiar a responsabilidade e execução de encargos mais sérios e delicados. Em síntese, deverá existir, dentro desse segmento da corporação policial, uma espécie de corporação de elite, como aliás, já há, praticamente, em todas as instituições policiais.

Corolário dessa situação é que, a esses homens que irão fazer parte deste agrupamento, há que se exigir maior escolaridade, bem como se deverá proporcionar aos mesmos, instrução mais sofisticada no campo da conduta policial, a fim de torná-los verdadeiramente aptos a desempenhar funções que serão, desenganadamente, mais relevantes.

De outra parte, cumpre reconhecer que essa medida se reveste de condições de urgência, recomendando-se o aproveitamento daqueles integrantes que já estão na carreira e preenchem os requisitos exigidos, o que permitirá o mesmo aproveitamento de imediato, da experiência somadas ao longo dos anos por servidores que já desempenham funções policiais. Assim, na verdade, são razões de conveniência e oportunidade que recomendam a criação de uma carreira de INSPETOR DETETIVE, colocando-se ao lado dessas razões, evidentemente, o mais legítimo interesse público.

A fórmula sugerida, ou seja, o aproveitamento de um grupo de servidores, viabiliza os objetivos colimados sem criar ônus mais significativo para os cofres públicos, ônus que, certamente, ficaria situado num plano secundário, à vista do grande alcance da medida. Sobre mais, não há dúvida de que a criação da nova carreira pode se dar através da Lei Complementar n. 14/82.

Importante assinalar, ainda, que na prática já ocorre aquilo que ora se pretende formalizar em lei. Com efeito, vários têm sido os detetives que, mercê de uma escolaridade maior e de maior aptidão daí decorrente, acabam sendo convocados para o desempenho de funções mais importantes, onde, face ao risco das funções, muitos acabam perdendo a vida em serviço.

Em suma, o atual corpo de detetives oferece material humano em perfeitas condições para ser transformado em uma nova carreira, com total observância dos vetores que balizam o desempenho da administração: CONVENIÊNCIA, OPORTUNIDADE E ATENDIMENTO AO INTERESSE PÚBLICO.

Derradeiramente, cabe assinalar que a criação da carreira de INSPETOR DETETIVE, não implica em reflexos que possam configurar a subtração, redução ou violação por qualquer forma de direitos que assistem a outras carreiras, tendo em vista que as existentes e a que será criada, e só a esta e a de Agente de Segurança (beneficiada

pela Lei n. 8290/86), se reserva a qualidade de Agente da Autoridade. Além do que, a pretensão ora justificada, se insere perfeitamente na filosofia do atual Governo, através da SESP, por retratar, não só um instrumento de dignificação da função policial, como também, um desejável meio de aprimoramento dos que a desempenham.

O Presidente do Conselho da Polícia Civil em reunião ordinária do dia 29.06.86, incluiu na pauta dos trabalhos, cópias xerox da petição a ele endereçada pela ADEPR, solicitando que os Membros deste Colegiado se manifestassem a respeito do requerido por aquela Entidade de Classe, em favor dos seus associados.

O referido documento é integrado por uma justificativa que, por si só, recomendaria o atendimento da pretensão dos interessados.

Na petição, os requerentes reconhecem que se fez justiça, através de lei especial, premiando os Agentes de Segurança, pelo inestimável trabalho que prestam à sociedade.

Lembram que, para alcançar aquele desiderato, o grau de escolaridade foi suprido por um curso de formação específica, ministrado na Escola de Polícia, ficando assegurado aos aprovados, o direito de ingressarem na Carreira de Detetive.

Entendemos, também, que a medida foi das mais justas, porém, não deve ela, de maneira alguma, motivar a Administração Pública, em deixar de manter Carreiras Policiais, cujo pré-requisito para o seu ingresso, continue sendo o grau de escolaridade de nível médio, como fazem as melhores organizações policiais, não só do Brasil, como em outros países.

O pedido endereçado a este Órgão, solicitando a criação da carreira de INSPECTOR DETETIVE, apresenta aspectos positivos para o nosso Departamento; o grau de escolaridade de que são possuidores os interessados, propiciaria um quadro de policiais civis, voltados para missões em que fossem exigidos conhecimentos profissionais mais aprimorados; motivaria aos demais policiais, a adquirirem escolaridade visando galgar o novo cargo.

Não podemos, simplesmente, continuar fundando carreiras (Motorista - Investigador - Agentes, etc.). É preciso que se mantenha aquela condição de pré-requisito, principalmente nas que já foram criadas com o objetivo de melhorar o desempenho, em todos os sentidos, da nossa Polícia.

Não podemos abdicar de pontos importantes em qualquer organização; o aprimoramento técnico, profissional e cultural dos seus integrantes.

Há que se mencionar, por ser de justiça, que outras carreiras já foram beneficiadas pelo mesmo processo proposto pelos

interessados.

A terminologia inspetor (Detetive) já é adotada em outras Unidades da Federação. A sua colocação hierárquica, nas Polícias Civis, vem logo a seguir, aos Delegados de Polícia.

Lembramos, ainda, que os atuais cargos de Detetives poderiam ser transformados para Inspectores, modificando-se tão somente os percentuais previstos na tabela de escalonamento (Anexo II da Lei Complementar n. 14).

Recomendamos, também, que o Decreto n. 4884, de 24.04.78, seja alterado em seu Anexo I, artigo 4.º, ampliando-se a competência funcional, do Inspetor Detetive, após criada a nova carreira.

Face ao exposto, sugerimos o encaminhamento deste expediente, ao Sr. Delegado Geral do Departamento da Polícia Civil.

Curitiba, em 17.06.86.

(a) LUIZ FERNANDO VIANA ARTIGAS
Conselheiro".

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em discussão a Emenda e o Projeto.
Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. - **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda que acaba de ser lida.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. - **Aprovada.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 287/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 163/86), que objetiva majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1987, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO E EMENDAS DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO - (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Para discutir, concedo palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já era intenção deste Deputado, emendar a Mensagem Governamental que trata sobre a majoração dos vencimentos dos funcionários públicos do Estado, funcionários efetivos e aqueles que ocupam cargos de provimento em Comissão.

A nossa intenção foi reforçada ainda mais, pela decisão tomada ontem, pela área econômica do Governo Federal, que determina o descongelamento de preços no Brasil.

E, através de um eufemismo, afirma que haverá um realinhamento dos preços no Brasil. Isto significa dizer que nós retornaremos, com toda segurança, ao mesmo estado de coisas de antes de 28 de fevereiro deste ano.

Não esperou sequer, o Governo Federal, o primeiro aniversário do Plano Cruzado. Aplicou algumas correções no seu curso, para onerar cada vez mais a população brasileira.

Depois do pleito eleitoral por Decreto-lei arbitrário, ilegítimo, o Governo Federal baixou e tomou medidas que violentaram profundamente a economia popular brasileira. E agora, como presente de Natal à população do País, o Governo Federal anuncia o descongelamento de preços.

Se imaginávamos já, que a Mensagem do Governador do Estado não atendia aos índices inflacionários verificados nos últimos meses em nosso País, índices inescrupulosamente manipulados, que vêm sendo manipulados de uma forma acintosa, de tal sorte que o Brasil, hoje, provavelmente no mundo inteiro, é o único País que tem três índices para medir a inflação.

E já dizia em tom de "blague", ontem, um economista paranaense: - O próximo índice a ser baixado pelo Governo Federal é o "IQQ - Índice Que Quero", porque este estará enquadrado dentro do arbítrio e do autoritarismo econômico do Governo Federal.

A Mensagem Governamental estabelece uma distinção que não tem cabimento, estabelecendo que uma faixa de funcionários estaduais recebe 36% de aumento, e outra faixa, 16%, como que pretendendo ignorar que as pessoas vivem de acordo com o padrão estabelecido através dos anos, e como que querendo ignorar que o custo de vida aumenta, e sobe agora, desenfreadamente, para todas as categorias sociais.

Se o governo pretende estabelecer uma distinção salarial entre funcionários públicos, e estabelecer castas no quadro de funcionários públicos do Estado, deveria fazer com justiça sim, o que se fez no Governo anterior: um Plano Geral de Reclassificação de Cargos e determinando categorias funcionais para os servidores, inclusive, permitindo-lhes a readaptação.

Nesse sentido, apresento à Mensagem do Sr. Governador, três emendas que eu espero, ao serem deliberadas pelo plenário, possam ser suficientemente compreendidas. Eu já nem me reporto a alguns gastos promovidos pelo Governo do Estado, que podem e que devem ser considerados, alguns como proibitivos; basta ver o que o Governo do Paraná, neste caso de administração, está gastando em publicidade e em propaganda.

As emendas que apresento para deliberação dos Srs. Parlamentares, têm conteú-

dos diferentes: a primeira delas, trata do piso salarial dos Srs. professores. Sabemos que é uma reivindicação bastante antiga dos professores do Paraná, que buscam um melhor nível de remuneração. E buscando melhor nível de remuneração, querem os professores, ao mesmo tempo, condições para uma reciclagem, para um aperfeiçoamento, para maior dedicação ao magistério, e, conseqüentemente, melhorar assim o nível de ensino, ensino este ministrado à juventude do Paraná.

Diz a Emenda n. 1:

" O piso salarial dos professores enquadrados no Estatuto do Magistério do Paraná, será equivalente ao valor de três salários-mínimos, a partir de 1.º de janeiro de 1987. Ao valor de quatro salários-mínimos, a partir de 1.º de junho de 1987, e ao valor de cinco salários-mínimos, a partir de 1.º de novembro de 1987."

Já se sabe que o Governo propõe na Mensagem que está sendo agora discutida, o piso salarial de três salários-mínimos. Mas, sabe-se também, que é objetivo do magistério paranaense, alcançar o piso de cinco salários-mínimos. Como também se sabe, que nos principais Estados brasileiros, o menor mínimo para os professores é exatamente o mínimo estabelecido aqui no Paraná. Como aconteceu ainda neste ano, correram os professores paranaenses o grave risco de ter reduzido o seu piso salarial de 2.2 para 1.7, numa decisão inusitada do ex-Governador que não deixa saudade, o Sr. José Richa.

O que nós queremos, é estabelecer uma linguagem de verdade para os professores paranaenses. E queremos abreviar essas conquistas, sem que os professores, reiteradamente, tenham de ir à greve, à greve que os expõe a uma situação delicada e que coloca a sociedade diante de um gravíssimo conflito. Enquanto os professores querem ter condições dignas de trabalho, a sociedade reclama melhor nível educacional, o que se observa é a insensibilidade do governo para a política salarial.

A inovação que se pretende introduzir na Mensagem Governamental, considerando que o piso de três salários-mínimos é previsto já para 1.º de janeiro, é no sentido de que, escalonadamente, em 1987, com tempo suficiente para o Governo tomar fôlego financeiro para atender ao conteúdo desta Emenda, é no sentido de que a partir de 1.º de junho de 1987, o piso salarial dos professores seja elevado para o equivalente a quatro salários-mínimos, a partir de 1.º de novembro de 1987; que este mesmo piso salarial alcance o equivalente a cinco salários-mínimos.

Vejo toda a justiça na aprovação desta matéria, e tomo conhecimento da Emenda apresentada pelo ilustre Sr. Deputado Caí-

to Quintana, sobre a majoração dos cargos comissionados; entendo como justa, porque já antes condenei a criação de verdadeiras castas, díspares, no funcionalismo público estadual.

Mas o fato novo, de ontem para hoje, que é o descongelamento de preços adotado pelo Governo Federal, que age como um verdadeiro farsante, padraço da população brasileira, este fato novo, impõe à Assembléia Legislativa o dever de adequar os salários dos nossos servidores públicos, já, a esta nova realidade!

Até porque, Srs. Deputados, é preciso que se reconheça a total e absoluta insuficiência dos mecanismos de fiscalização do Governo, no que toca à política de preços, porque quando este País pretendeu fiscalizá-los, foi necessário que o Presidente da República fosse à televisão e, dramaticamente, pedisse ao povo que fiscalizasse os preços, em todos os níveis, porque foi naquele momento também, decretada a falência da SUNAB, que, aqui no Paraná, contava até há poucas semanas atrás, com tão somente 15 inspetores, 15 fiscais para o exercício do poder de fiscalização, num Estado que tem 311 municípios.

Mais do que evidente, que nós não podemos acreditar que o Governo Federal terá condições de controlar este chamado realinhamento de preços que anunciou ontem, e que já está vigorando há algum tempo, com a cobrança de ágio.

E por falar em ágio, o Governo se transformou no sócio dos "picaretas" brasileiros, que antes já estavam cobrando ágio, quando instituiu o empréstimo compulsório que significou a intervenção do Estado, na economia popular, sem audiência, ao menos, do Congresso Nacional, que representa legitimamente a população brasileira.

Se queremos manter a sensibilidade política que nós temos, e se temos conhecimento que a situação financeira do Governo do Estado é uma situação estável, mesmo que isto esteja custando o ônus dos empréstimos internacionais, e se nós ouvimos, durante tantos anos recentes a necessidade da aplicação da Justiça Social, nada mais justo do que a Assembléia Legislativa, erguida e altaneira, majore os vencimentos dos servidores públicos do Estado, em 50%, a partir de 1.º de janeiro de 1987.

Com este objetivo, a **EMENDA n.2** tem o seguinte conteúdo:

"A partir de 1.º de janeiro de 1987, os vencimentos dos cargos efetivos dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, e o soldo

dos integrantes da Polícia Militar, ficam majorados em 50% sobre os valores vigentes nesta data."

➤ E a **Emenda n. 3** estabelece:

"A partir de 1.º de janeiro de 1987, os vencimentos dos cargos de provimento em Comissão, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, e do Tribunal de Contas do Estado, ficam majorados em 50% sobre os valores vigentes nesta data."

Quero apenas chamar a atenção dos Srs. Deputados para um fato novo que ocorre na economia brasileira, com o descongelamento de preços, se já há nos próprios escalões do Governo Federal, a desconfiança de que este País vai ingressar na recessão e que da recessão vai redundar o desemprego, nada mais justo do que nós, Deputados Estaduais, com responsabilidade dentro do Paraná, já de antemão, prevendo os acontecimentos e, mais do que isto, prevenindo os acontecimentos, com a oportunidade que temos, emendemos a Mensagem do Sr. Governador do Estado, aplicando um princípio de justiça social, no que toca à distinção entre comissionados e efetivos, aplicando o princípio da hegemonia salarial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Continua em discussão o Projeto de Lei n. 287/86 e Emenda.

Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, gostaria de dizer aos nobres Pares desta Casa, que não entendo da forma como o Deputado Ailton Cordeiro entende, a questão de descongelamento geral de preços. O que entendo, na fala da área econômica, que o realinhamento de preços, nada mais é do que realinhar os subprodutos de matérias que tiveram aumento na sua base de produção.

Cito um exemplo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando o Governo aumenta o preço do leite, evidentemente em qualquer economia organizada, sob pena de gerar o caos dos seus derivados, com congelamento ou sem congelamento, será necessário se reavaliar o preço do queijo, da manteiga e seus derivados.

O Sr. Ailton Cordeiro - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Logo em seguida, Senhor Deputado. Realinhamento de preços não significa descongelamento total, realinhamento de preços significa organizar a economia nos pontos em que ela foi atingi-

da. Por outro lado, produtos existem que, é evidente, jamais poderão continuar com os preços que estão sob pena de saírem de circulação na vida nacional. Citaria um outro exemplo: o preço do sal, que para chegar até o mercado consumidor, gasta mais de frete do que do preço do sal tabelado; obviamente, terá que se fazer uma nova orientação, um novo alinhamento nesses preços para poder se manter o equilíbrio da cesta básica do trabalhador.

Não vejo, Deputado Airtton Cordeiro, descongelamento de preços em momento algum anunciado pela área econômica do Governo Federal. Por outro lado, ninguém de nós em sua consciência, e qualquer economia do mundo, podemos admitir que o Governo seja o árbitro de preços. Congelamento de preço é medida temporária para poder desenvolver no meio da sociedade, a livre iniciativa e a concorrência na regulamentação de preços. Por isso, Vossa Excelência faz esta colocação inicial para justificar o aumento proposto na emenda sobre o quadro do Servidor Público e, a partir daí, a argumentação é falsa; portanto, não serve como alicerce. O Brasil buscará apenas alinhar preços, e não descongelar.

Permito-lhe o aparte.

O Sr. Airtton Cordeiro- Agradeço o aparte de Vossa Excelência e vou me socorrer aqui do exemplar do "Jornal do Estado", onde o Deputado Basílio Zanusso, numa das manchetes, diz o seguinte: "Funaro anuncia o término do congelamento de preços, e vêm aí os preços administrados". E com esta notícia, Deputado Caíto Quintana, agora é o próprio Ministro Funaro que afirma: "Acabou o congelamento de preços no Brasil". Afirmação do Ministro Funaro.

Vossa Excelência não é feliz ao dar o exemplo do leite, porque os produtores de leite, Deputado Caíto Quintana, vinham sendo explorados demagogicamente pelo Governo. Faço política numa área de muitos produtores de leite, especialmente na área de São José dos Pinhais. E posso levar Vossa Excelência, a dezenas desses produtores que deixaram sua atividade produtiva, porque simplesmente, não tinham condição de produzir leite e entregá-lo à cooperativa pelo preço estabelecido pelo Governo Federal. De tal sorte que, o Governo Federal instituiu o subsídio do leite, correto?

E, levou quatro meses para repassar para as Cooperativas, o valor em dinheiro equivalente ao subsídio, determinando uma preocupação para as cooperativas, que foram buscar dinheiro no mercado financeiro comum, pagando juros altíssimos para poderem repassar o subsídio aos produtores.

Então, a questão do leite, não cabe, porque o que se fez realmente, aliás, no

Brasil, sejamos francos, Deputado Caíto Quintana, em cima do leite e do pão, sempre os governantes, não estes de hoje, mas outros sempre fizeram uma tremenda demagogia.

Então, o exemplo do leite não vale. Mas, pergunto a Vossa Excelência sobre outros exemplos que poderiam ser mencionados: produtos usados na construção civil, produtos alimentares, que não os derivados do leite; mas, essas questões todas que vão ser agora, como diz o Governo, e é um eufemismo, repito, um realinhamento para esses preços; o que haverá Deputado Caíto Quintana, é sem dúvida, a elevação dos preços.

O Governo se mostrou incompetente para administrar o Plano Cruzado, que ele gerou, de tal sorte, que ele não esperou um ano de vida para o mesmo e manipulou de todas as formas, os índices inflacionários. Colocou a mão no seu bolso com empréstimo compulsório; subiu a gasolina, o álcool, com empréstimo compulsório. Apenas, não se lembrou de reajustar os salários dos trabalhadores, porque a manipulação dos índices de inflação não permitiu sequer o disparo do gatilho mais famoso do Brasil, que é o gatilho salarial.

Então, Deputado Caíto Quintana, o arrazoado que apresentei da tribuna, é o arrazoado real, verdadeiro, com base em fatos concretos. O descongelamento quem anuncia, é a autoridade maior da economia brasileira, o Ministro Dilson Funaro.

Pediria a Vossa Excelência que raciocinasse em cima da afirmação do Ministro, que não é afirmação de um Deputado, nosso companheiro desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte,

Deputado Airtton Cordeiro. No entanto, o que ouvi pelos integrantes da área econômica do Governo, foi a afirmativa de realinhamento de preços e não, descongelamento. E é fácil de constatar; bastaria que fôssemos aos produtos tabelados, a partir do final dessa sessão e, vamos constatar que a tabela dos produtos básicos permanece.

Tavez a discussão, Deputado Airtton Cordeiro, se aprofundasse demais, para avaliarmos a culpa de quem fica sobre a cobrança do ágio acima da tabela; se do Governo, ou se daqueles que aplicam o ágio.

Nós não podemos culpar o Plano Cruzado, pelo ágio cobrado; este é questão da formação comercial e industrial da nossa gente. E não podemos culpar, Deputado Airtton Cordeiro, e querer que o Governo ignore que no instante em que ele tira o subsídio do leite, que num determinado momento da Nova República, e do plano econô-

mico, por ela imposto, para não sacrificar, mais ainda, os produtores, o Governo teve a grandeza de tentar minorar a dificuldade do produtor de leite, subsidiando-o e agora retira o subsídio, anunciando o aumento. Mas, não podemos, também, ser insensíveis a ponto de pensar que nós podemos aumentar o preço do leite para o produtor e que não venhamos a realinhar o preço dos derivados do leite naquilo que é levado para o consumo da população.

Continuo afirmando, Deputado Airton Cordeiro, não vi anúncio de descongelamento total no Brasil, no dia de hoje. Vossa Excelência me apresenta a manchete de um jornal; talvez se fôssemos ler o conteúdo inteiro da notícia, veremos que esta não fala exclusivamente de um descongelamento total. Mas, ouvi da área econômica, afirmativa de realinhamento de alguns preços, como ouvi também do Ministro Almir Pazzianotto, que está conduzindo o pacto com os próprios trabalhadores, uma quase certeza que poderíamos adiantar, na mesma forma como Vossa Excelência está adiantando, se antecipando, um descongelamento que não existe, que o Governo está propondo a acabar com o IPC restrito para o cálculo do gatilho, podendo negociar salários com os próprios trabalhadores.

Agora, o que me traz à tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é o aumento de preço proposto pelo Governo do Estado do Paraná para o seu servidor - e esse temos que avaliar. Porque como Parlamentares nesta Casa, temos a obrigação de representar os anseios de todo o povo paranaense. A média que se pretende ou se pretenda fazer sobre uma categoria de paranaenses, não é válido para o desempenho do Estado do Paraná como um todo, no compromisso de um Governo de manter o seu trabalho, a sua dedicação e respeitar, cada vez mais, o engrandecimento do Estado que nós queremos. Vossa Excelência vem pura e simplesmente, na tribuna, propor - Deputado - um aumento de três salários, a partir de janeiro, para o professor, de quatro salários a partir de junho e de cinco salários a partir de outubro, novembro, se não me falha a memória.

Vossa Excelência vem à tribuna propor uma emenda de aumento geral ao servidor paranaense de 50%. Pergunto-me se Vossa Excelência fez uma análise do desempenho orçamentário do Estado do Paraná o quanto representaria o comprometimento desses aumentos se fossem dados, na vida econômica do Estado do Paraná, para podermos continuar fazendo deste, um Estado viável, para podemos fazê-lo desenvolver-se perante os Estados da Nação, para poder levar melhor condição de desenvolvimento a todas as camadas do funcionalismo público ou do funcionalismo da iniciativa privada.

Há dados que quero trazer a esta Casa, para podermos avaliar, com profundidade, o que representa emendas num orçamento que nós temos que respeitar a base de arrecadação do Estado. Se alguns dos Senhores tiverem em mão a proposta orçamentária do Estado do Paraná, aprovada por esta Casa, nós vamos concluir que no ano de 1987, a provisão orçamentária é de Cz\$ 13.320.000,00. Esta é a previsão. E o aumento proposto pelo Governo, de 36%, nos diferenciais já concedidos a algumas categorias de servidores, como por exemplo, do magistério, da polícia civil e militar e outras tantas já concedidas, nós, na previsão orçamentária do Estado do Paraná, estaríamos comprometendo 105,8% do ICM previsto de arrecadação na Mensagem de Orçamento que esta Casa aprovou.

Agora, o Governo não foi insensível ao servidor. O Governo sabe que os reflexos do Cruzado II, com as safras previstas, com a possibilidade de melhoria na arrecadação de nosso Estado, se formos otimistas, poderemos chegar a uma arrecadação de 16.7 milhões de cruzados. É sobre esta previsão extra-orçamentária de aumento para 16.7 que foge à realidade da própria Mensagem que o Governo indicou a esta Casa e que o mesmo não se escudou em cima dos números frios da Mensagem do Orçamento, mas fez a previsão possível de arrecadação em 1987, e calculando em Cz\$ 16.007.000,00, num aumento que prevê e já está comprometendo 84.43% do ICM.

Agora, vem Vossa Excelência propondo cinco salários para os professores; propondo 50%, no geral, para o funcionalismo público do Estado. Pergunto se Vossa Excelência, calculou pelo ICM gerado pelos trabalhadores, pelo comércio, pela produção do Estado do Paraná, quanto isto vai representar, Deputado Airton Cordeiro, no ICM arrecadado de toda a força produtiva do Estado do Paraná, 120, 115, 130% de toda a força trabalhadora do Paraná? Nós vamos jogar ao funcionalismo público, a máquina administrativa do Estado, para, pura e simplesmente, numa emenda que Vossa Excelência sabe antecipadamente na hora de apresentar, que vai sucumbir pela responsabilidade dos próprios Deputados que compõem esta Assembléia?

Mas, Vossa Excelência frente ao trabalhador, frente ao funcionário, frente aos segmentos que Vossa Excelência apresenta a emenda, sairá como homem que tentou fazer com que eles ganhassem mais, embora todas as camadas de servidores públicos, as suas associações, na discussão que tiveram com o Governo, saíram satisfeitas pelo aumento que o Estado do Paraná pôde dar ao servidor do nosso Estado. Nem as federações esperavam a possibilidade de serem dados os 36%. E é fácil Vossa Excelência constatar.

Leiamos os jornais dos últimos dias. Quem protestou contra os 36%? Todos entenderam que é o limite da disponibilidade orçamentária do Estado do Paraná com este aumento concedido. Até aqueles que temem o risco de uma eventualidade qualquer, no ano que vem, em que o Estado do Paraná tenha dificuldade de pagar a folha do seu pessoal. Porque o aumento foi realmente dentro do possível, o mais esticado possível, na realidade daquilo que a própria Mensagem Orçamentária indicou à esta Casa.

Mas, para poder justificar uma emenda de minha autoria, tive Senhor Deputado, o cuidado de quem apresenta uma emenda com a vontade de que ela passe. Não poderia admitir de que os cargos em comissão, que não tiveram contemplação alguma no ano de 1986, enquanto o Quadro Geral do Estado está recebendo 36% de aumento; os cargos em comissão ficaram com 16%. Fizemos, junto com a nossa Bancada do PMDB, dividindo companheiros, um levantamento de quantos cargos em comissão tem o Estado e de quanto representaria para o Orçamento de 1987 do Estado do Paraná, o aumento proposto para 36% dos cargos em comissão. E viemos aqui, para afirmar que o aumento dos cargos de comissão representará apenas 0,02% da folha de pagamento dos servidores públicos do Estado do Paraná. Viemos aqui para dizer que vai onerar em Cz\$ 1.900.000,00 mensais a folha de pagamento do Estado do Paraná. Viemos aqui para dizer que é suportável na folha de pagamento do Estado do Paraná, sem prejuízo ao desenvolvimento global do Estado, a emenda que estamos apresentando.

Mas, não posso dizer a mesma coisa das emendas de Vossa Excelência, porque 50% para o funcionalismo inteiro, porque um piso salarial de cinco salários para os professores, tornaria inviável para o Estado do Paraná, sujeito o próprio funcionalismo público chegar no fim do mês e não encontrar depositada no banco, a sua folha de pagamento pelo Estado e este não tendo recursos para pagar. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a matéria financeira quando não se trata com magia, não se trata com intenção de tentar fazer média em cima daqueles que prensados por um salário injusto, é bem verdade, possam ter horas de expectativa, quando a realidade não poderá ser de forma alguma, conseguida.

Jamais, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhores Servidores do Estado do Paraná, jamais o orçamento econômico do Estado do Paraná conseguiria um aumento de 50% ao funcionalismo geral. Nós estaríamos enterrando o desenvolvimento do nosso Estado e isso, no mínimo, é irresponsabilidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As argumentações de que teremos inflação no ano de 1987, de que teremos descongelamento total no próximo ano são perfeitamente corrigíveis. O Governo do Estado do Paraná no ano 1987, cômico das suas responsabilidades, pisando com pé firme na responsabilidade maior que os paranaenses deram ao Senador Álvaro Dias, de conduzir os destinos do Estado do Paraná para que ele cada vez mais seja maior e possa prestar serviço a sua gente.

O Governo do Estado do Paraná no ano que vem, se vivermos uma nova realidade econômica, se tivermos o descongelamento, se tivermos o acréscimo nos produtos necessários para o consumo da classe trabalhadora do funcionário público, obviamente assentado em cima de uma receita e de uma despesa, o Governo do Estado do Paraná poderá a qualquer instante, fazer a elevação do vencimento do servidor público. O que nós não podemos fazer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é por antevisão de uma catástrofe que muitos gostariam que acontecesse, que a inflação atingisse a 200%; muitos gostariam que isso acontecesse, politicamente seria bom, embora custasse o suor, o sacrifício e a fome dos brasileiros.

Muitos que deveriam estar lutando para que o congelamento fosse uma verdade na vida nacional, muitos que deveriam estar nas trincheiras junto com o povo brasileiro, para que a recuperação econômica da nossa Nação, a redistribuição de renda, a possibilidade de uma vida melhor para o brasileiro, muitos desses estão torcendo para que o "Plano Cruzado" fracasse, para que o descongelamento exista, tendo como única vantagem e como único lucro de tudo isso, a capitalização política do que viesse a representar.

Não podemos antever a catástrofe. Continuamos acreditando de que as correções serão necessárias em qualquer medida econômica e o Governo as está fazendo e esperamos que as faça, com certeza. Esperamos que a inflação não dispare e esperamos que o IPC restrito, isto sim, seja revisto para que o gatilho de 20% seja acionado toda a vez que a inflação real seja ou venha a atingir 20%. Essa é a torcida da nossa Bancada! que o "gatilho salarial" seja acionado, mas no momento certo, na realidade econômica concreta, não no sonho, não na antevisão daqueles que nem sequer avaliaram o quanto representaria para o Estado, o pagamento das emendas que propõem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Continua em discussão o Projeto e as Emendas do Projeto de Lei n. 287/86.

Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto n. 287/86, ressaltadas as emendas.

O SR. AIRTON CORDEIRO - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, tão somente porque solicitei um aparte ao Senhor Deputado Caíto Quintana e Sua Excelência não teve a gentileza de concedê-lo para que pudesse externar o meu pensamento sobre a argumentação de Sua Excelência, devo dizer que compreendo o esforço que o Senhor Deputado Caíto Quintana fez para justificar o aumento proposto pelo Governo e para, presumivelmente, justificar, antecipadamente, o voto da Bancada Governista com assento nesta Casa, mas devo argumentar também que, sobre a situação financeira do Estado, o próprio Governo é quem diz frequentemente, que o Paraná desfruta de uma situação financeira invejável; que ICM cresce de forma galopante e que todos os mecanismos da Secretaria das Finanças vêm sendo acionados para promover cada vez mais o aumento do ICM.

Como da mesma forma nós sabemos, Senhor Presidente que este ICM não é utilizado para pagamento dos servidores públicos estaduais; ele é utilizado para estas campanhas publicitárias milionárias que estão invadindo o Paraná inteiro, nos dias de hoje, através do rádio, da televisão e dos jornais. Isto está evidente. Todos nós temos conhecimento desta realidade.

Por outro lado, na iniciativa privada, o que se busca, hoje, é a livre negociação dos salários a partir de uma faixa salarial. E sabemos que isto não acontece a nível dos funcionários públicos estaduais, porque o Governo e os funcionários regidos por uma lei votada pela Assembleia, ficam excluídos da livre negociação e, conseqüentemente, sofrerão as conseqüências deste achatamento salarial. Como da mesma forma, o que se pretende hoje, com esta emenda, é corrigir as distorções que também foram provocadas pelo ex-Governador do Estado, José Richa, que deu as costas para os servidores e para os professores do Paraná. E reconheço a boa vontade na Mensagem do Governador João Elísio, mas como também reconheço que a Mensagem propõe índices insuficientes. E o que queremos, não é apenas fazer um exercício de profecia: é mergulhar numa realidade, porque este País inteiro sabe que 1987 deve ser um ano sombrio para a classe trabalhadora brasileira e os funcionários públicos estaduais integram esta massa trabalhadora porque são assalariados, como são assalariados aqueles que trabalham na iniciativa privada.

Então, essas são as razões Senhor Presidente,

Poderíamos até continuar uma forma de melhor remunerar os servidores estaduais,

evitando essa proliferação de órgãos públicos, de criação de secretarias extraordinárias que já se anuncia no novo governo com novas despesas, e mais empenhismo.

Então, estas ponderações que eu quero fazer e dizer ao Deputado Caíto Quintana que não permitiu que pudesse dizer-lhe no debate e não no diálogo, infelizmente, que eu, nesta Casa, sempre agi responsabilmente e as minhas emendas, eu as apresento responsabilmente respaldado, inclusive na informação governamental de que este é um Estado de perfeito equilíbrio financeiro e com tendência a melhorar cada vez mais a sua receita do ICM.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação o Projeto de Lei n. 287/86, ressaltadas as Emendas. **Aprovado.**

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 01

AO PROJETO DE LEI N. 287/86.

Inclua-se onde couber:

"Art. ... - Fica revogado o Art. 3º, da Lei n. 8.124, de 08 de julho de 1985, na parte que se refere ao preenchimento dos Cargos de: Diretor Geral; Diretor Geral-Adjunto e Diretor de Departamento, da Estrutura Administrativa da Assembleia Legislativa, estabelecida pelo Art. 1º, da Lei n. 7.807, de 23 de dezembro de 1983, os quais serão ocupados por servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo".

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) FUAD NACLI

Apoiamto: Mário Pereira, Orlando Pessuti, Trajano Bastos, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

Nossa intenção ao apresentar a presente Emenda é a de assegurar aos funcionários efetivos do Poder Legislativo, a ocupação dos cargos de Direção da Estrutura Administrativa da Assembleia, devido seu conhecimento da parte Legislativa e Administrativa da Casa, tendo-se em vista o trabalho que vêm desenvolvendo por muitos anos, nos diversos setores da Casa, como também, evitar que os referidos cargos sejam preenchidos por pessoas alheias aos mesmos e que possa acumular dois ou mais vencimentos.

Em votação a Emenda n. 1, de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli.

Os Senhores Deputados que a aprovam, per-

maneçam como estão. Rejeitadas.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 2

Acrescente-se onde couber, os seguintes dispositivos:

"Art. - Fica o Poder Executivo, mediante decreto, desde que haja disponibilidade orçamentária, a rever até o mesmo limite da moção concedida aos servidores do Quadro Geral, as demais Tabelas de vencimentos de que trata esta Lei".

"Art. ... - O disposto na Lei n. 6.794, de 8 de junho de 1976, com suas posteriores alterações, é aplicável às categorias funcionais regidas pela Lei Complementar n. 40, de 14 de dezembro de 1981 e Lei Estadual n. 7297, de 8 de janeiro de 1980.

Sala das sessões, em 17.12.86.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Apoiamento: Fuad Nacli, Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho, Djalma de Almeida César, Ezequias Losso, Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Toda a imprensa nacional está noticiando que, a partir de 1.º de janeiro haverá "realinhamento de preços".

Isso significa que, além da gasolina, gás, luz, telefone e outros serviços, além do IPTU, sofrerão aumentos em índices superiores aos 36% de reajuste concedido ao funcionalismo público do Estado.

É justo, portanto, que, a exemplo do que já foi feito anteriormente por esta Casa, seja inserido neste Plano de Lei, dispositivo pelo qual se possibilite que, futuramente, observadas as disponibilidades orçamentárias, as categorias que obtiveram apenas 16% possam ser contempladas com reajuste mais condigno.

A propósito, o dispositivo em tela virá complementar o art. 7.º, pois, o IPCR está sendo contestado, e o Conselho que delibera sobre o real INPC, segundo se noticia, está demissionário por não reconhecer aquele índice como verdadeiro indicador da alta do custo de vida.

Ademais, as categorias que receberão 16%, na realidade não tiveram reajustes no corrente ano, mas, através da aplicação de normas legais que deveriam ser aplicadas até mesmo em datas anteriores, corrigiram algumas distorções que lhes causavam prejuízos.

Por outro lado, não se pode negar que o uso de veículos próprio é obrigatório para tais atividades, principalmente para Juizes e Promotores Substitutos, funcionários da Receita e Advogados que atuam no

Interior, os quais têm o automóvel como instrumento de trabalho.

Quanto ao outro dispositivo, trata-se apenas de norma regulamentadora, a exemplo daquelas aprovadas nos Projetos de Lei ns. 98/84 e 158/86, em dispositivos semelhantes e com objetivos também similares.

Em votação a Emenda n. 2, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

Os Senhores deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Rejeitada.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 3

Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissões e funções gratificadas dos Poderes Executivos, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive dos Conselheiros, dos Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar serão reajustados a partir de 1.º de janeiro de 1987, em índices não inferiores a 45% em relação aos níveis vigentes desde 1.º de janeiro de 1986.

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Apoiamento: Francisco Escorsin, Basílio Zanusso, Gilberto Carvalho, Erondy Silvério, Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

O ex-Governador José Richa chegou ao Palácio Iguazu com a promessa de repor a defasagem salarial sofrida pelo funcionalismo público do Estado que era na ocasião de 30%. No atual período administrativo, não só não se procedeu a essa reposição como aumentou-se a defasagem.

A partir de 1.º de janeiro de 1986, os níveis de vencimentos do funcionalismo público estadual foram majorados em 89,35% em relação aos vigentes em 1.º de julho de 1985.

Em 28 de fevereiro deste ano ocorreu a imposição do pacote de medidas econômicas, entre as quais se incluíam o arrocho salarial, na medida em que proibiam novos reajustes inferiores a um ano.

Entre os meses de janeiro e fevereiro, a inflação acumulada chegou a 33%, isto depois da vigência dos atuais níveis salariais.

Essa já foi uma perda substancial nos salários dos funcionários públicos. Acrescenta-se a isso a variação do IPC ocorrida de março a dezembro, que oficialmente supera a casa dos 14%, índice esse expurgado de todos os aumentos providos pelo próprio Governo, empréstimos e ágios impostos à

Nação pelo arbítrio da Nova República.

A correção dos níveis salariais com a agregação dos 33% das perdas relativas a janeiro e fevereiro e, com pelo menos, 12% da variação do IPC expurgado é, portanto, medida de inteira justiça.

No orçamento para 1987, já aprovado por esta Assembléia, das despesas globais fixadas em Cz\$ 24.547 milhões, as despesas com pessoal, no montante de Cz\$ 9.199 milhões, representam 37,4%.

A análise da execução orçamentária no Estado do Paraná, nos últimos anos revela claramente a deteriorização das despesas com pessoal em relação à Receita Tributária do Estado.

Em 1982, a despesa com pessoal representou 78,3% da receita tributária. Em 1983, foi de 78,8%; em 1984, de 68,8%; em 1985, de 69%; em 1986, de 69% e para 1987 a despesa orçada com pessoal representará apenas 55% na receita tributária.

Não há, portanto, alegar falta de recursos nem a necessidade de mobilizá-los para fazer frente ao serviço da dívida. pelo orçamento, o Estado vai pagar do serviço da dívida - amortização mais encargos - Cz\$ 5 bilhões e 709 milhões, mas vai realizar operações de crédito no montante de Cz\$ 7.875, ou seja, vai pegar Cz\$ 2 bilhões e 100 milhões a mais do que irá pagar.

Em votação a Emenda n. 3, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira. Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. Rejeitada.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 4

Inclua-se onde couber:

"Art. ... - Ficam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário autorizados a conceder ao pessoal a cada um deles vinculado, um abono a vigorar a partir de 1º abril de 1987, em índices a serem fixados de acordo com a variação do IPC ocorrida no período de 1º de janeiro a 31 de março do mesmo ano."

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS

Apoiamento: Basílio Zanusso, Francisco Escorsin, Ezequias Losso, Erondy Silvério, Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Há claras evidências de que venham ocorrer acentuados aumentos a partir do início de 1987, com pesados reflexos sobre o custo de vida. O funcionalismo público estadual, com seus salários já defasados, não terão condições de enfrentar essa es-

calada altista, devendo o Governo do Estado encontrar as fórmulas necessárias para fazer face ao aumento das despesas daí decorrentes.

Em votação a Emenda n. 4, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira. Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. Rejeitada.

OK

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 5

Inclua-se onde couber:

"Art. ... - A partir de 1º de janeiro de 1987, os vencimentos dos cargos efetivos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar ficam majorados em 50% (cinquenta por cento) sobre os valores vigentes nesta data."

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) AIRTON CORDEIRO

Apoiamento: Basílio Zanusso, Francisco Escorsin, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Werner Wanderer, Erondy Silvério.

Em votação a Emenda n. 5, de autoria do Senhor Deputado Ailton Cordeiro.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. Rejeitada.

OK

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 6

Inclua-se onde couber:

"Art. ... - A partir de 1º de janeiro de 1987, os vencimentos dos cargos de provimento em comissão dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, ficam majoradas em 50% (cinquenta por cento) sobre os valores vigentes nesta data."

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) AIRTON CORDEIRO

Apoiamento: Basílio Zanusso, Francisco Escorsin, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Erondy Silvério, Werner Wanderer.

Em votação a Emenda n. 6, de autoria do Senhor Deputado Ailton Cordeiro.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. Rejeitada.

OK

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 7.

Inclua-se onde couber:

"Art. ... - O piso salarial dos professores enquadrados no Estatuto do Magistério do Paraná será equivalente ao valor de 3 (três) salários-mínimos, a partir de 1.º de janeiro de 1987, ao valor de 4 (quatro) salários-mínimos, a partir de 1.º de junho de 1987 e ao valor de 5 (cinco) salários-mínimos, a partir de 1.º de novembro de 1987."

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) AIRTON CORDEIRO

Apoiamento: Basílio Zanusso, Francisco Escorsin, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Werner Wanderer.

Em votação a Emenda n. 7, de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permanecem como estão. Rejeitada.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 8

Inclua-se onde couber:

"Art. ... - Para o preenchimento dos cargos de Consultor Técnico às Comissões, criadas pela Lei n. 8.425, de 04 de dezembro de 1986, será necessário que o funcionário esteja devidamente inscrito na entidade de classe superior respectiva."

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento: Orlando Pessuti, Ivan Gubert, Nelson Vasconcellos, Artagnão Mattos Leão, Ervin Bonkoski, Tadeu França.

Em votação a Emenda n. 8, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permanecem como estão. Rejeitada.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 9
AO PROJETO DE LEI N. 287/86.

Inclua-se onde couber:

"Art. ... - Fica criado um (1) cargo em comissão, símbolo DAS-5, de Secretário de Desembargador."

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Ervin Bonkoski, Nelson Vasconcellos.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 8280/86 criou mais um (1)

cargo de Desembargador, mas não criou o cargo em comissão, símbolo DAS-5, relativo ao de Secretário de Desembargador.

Em votação a Emenda n. 9, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury.

Os Senhores Deputados que aprovam, permanecem como estão. Aprovada.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 10

Inclua-se onde couber:

"Art. ... - Fica revogado o parágrafo único do art. 14, da Lei n. 7.877, de 04 de junho de 1984."

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamento: Francisco Escorsin, Ivan Gubert, Fuad Nacli, Werner Wanderer, Erondy Silvério.

Em votação a Emenda n. 10, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permanecem como estão. Rejeitada.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 11

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - O índice percentual da gratificação de representação de que trata o art. 11, da Lei n. 7825, de 19 de dezembro de 1983, fica elevado para valor igual ao fixado pelo art. 1.º, da Lei n. 8.089, de 5 de julho de 1985."

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Apoiamento: Eduardo Baggio, Odeni Mongruel, Hermas Brandão, Dirceu Manfrinato, Trajano Bastos, Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

O objeto desta Emenda é dar tratamento paritário, no que tange à verba de representação, entre os Procuradores do Estado e os Procuradores do Tribunal de Contas. Aqueles, como decorre da Constituição do Estado, representam o Estado judicial e extrajudicialmente, enquanto que estes últimos desempenham apenas atribuições de ordem administrativa.

É justo, portanto, que ambas as categorias recebam o mesmo tratamento.

Em votação a Emenda n. 11, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permanecem como estão. Rejeitada.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 12

Inclua-se onde couber, o seguinte artigo:

"Ao Serventuário da Justiça portador de nível superior, não remunerado pelos cofres públicos, que houver exercido no âmbito do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, por um período não inferior a 10 (dez) anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão, aplicam-se também as disposições do art. 140, item III, parágrafo 1.º, 2.º e 3.º, da Lei n. 6174/70 - (Estatutos dos Funcionários Cíveis do Paraná) e as do art. 6.º, da Lei Complementar n. 21/84."

Sala das Sessões, em 17.12.86.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: Antônio Annibelli, Nelson Bufara, Orlando Pessuti, Ervin Bonkoski.

JUSTIFICATIVA:

Os Serventuários da Justiça, para todos os efeitos legais, são considerados servidores públicos e, portanto, fazem jus aos direitos e vantagens conferidas aos funcionários públicos do Estado, todavia, de uma forma muito difusa e discutível, - momentaneamente quando se trata de Serventuário da Justiça não remunerado pelos cofres públicos e convocados a exercer cargos em comissão em qualquer um dos Poderes. Por carência de legislação específica, esse período de exercício de função pública de alta relevância não tem tido nenhuma ressonância na aposentadoria desse Serventuário.

O artigo 184 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná não tem a abrangência devida. Alude, apenas e de maneira vaga em "direitos e obrigações", porém sem explicitar, suficientemente, a situação desse Serventuário da Justiça do foro extrajudicial, ou mesmo judicial, quando não remunerados pelos cofres públicos. Ademais, não invoca em proveito dos mesmos o que dispõe a Lei Complementar n. 21/84, pois, o referido artigo é restritivo à mesma Lei n. 6174/70 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná.

O Plano de Lei prevê que farão jus àquelas vantagens, apenas os Serventuários da Justiça portadores de diploma de curso superior que tenham exercido cargos em comissão pelo período de 10 (dez) anos, ininterruptos ou não, o que restringe, sobremaneira, o universo dos beneficiários.

Em votação a Emenda n. 12, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permanecem como estão. Aprovada.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 112/86 (Mensagem n. 88/86 ex-Proposição n. 98/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos 1.º e 2.º, de 30/12/85 e 30/03/86 ao Convênio SAREM n. 062/85, celebrado em 01/10/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, conforme especifica, bem como do 2.º Termo Aditivo ao Convênio SAREM n. 063/85, entre as mesmas partes, conforme especifica. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 113/86 (Mensagem n. 156/86 - ex-Proposição n. 159/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 016/86, celebrado em 22.10.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Transportes e a Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAN, objetivando a transferência do controle da navegação interior de travessia no Estado. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 114/86, (Mensagem n. 157/86 ex-Proposição n. 160/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 015/86, celebrado em 13.10.86, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes, com interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de Curitiba, objetivando a ação conjunta no sentido do manilhamento de vias públicas no Município signatário. **Aprovado.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, pela ordem. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Atendendo o requerimento do Deputado Basílio Zanusso, esta Presidência fará verificação de votação do Projeto de Lei n. 114/86.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Havendo declinado, o Projeto está aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Menotti Caprilhone, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, com apoio do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Menotti Caprilhone, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eros Cunha, ocorrido no dia 15 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Menotti Caprilhone, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Senhor Rubens Armando Brustolin, pela sua posse na Presidência da Federação do Comércio do Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Sérgio Spada e Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando a retirada e arquivamento do Projeto de Lei n. 282/86, que dispõe sobre a alteração das divisas dos Municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda, viabilizando providências, no sentido de alterar a forma atual de pagamento, em quatro parcelas do trigo e coibir a cobrança de juros abusivos no descontos de duplicatas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela eleição da nova diretoria da AMUVI - Associação dos Municípios do Vale do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um Posto da CAFÉ do Paraná, no Distrito de Mauá da Serra, Município de Marilândia do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 31.º aniversário do Município de Arapoti. **Aprovado.** À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo a liberação de recursos para a construção de calçamento para pedestres ao redor do Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Ubatã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Titular do DSTC, por intermédio do Sr. Secretário dos Transportes, para a implantação de um ponto de ônibus na localidade de Jóia, no trecho situado entre Bandeirantes, no Município de Goioerê, até o Município de Formosa do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo a possibilidade de o Departamento de Trânsito do Município de Juranda vir a pertencer à CIRETRAN do Município de Ubatã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando a desanexação do Projeto de Lei n. 172/86, de sua autoria, do Projeto de Lei n. 178/86, bem como seu posterior arquivamento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando a apreciação do Projeto de Lei n. 293/86, oriundo de Mensagem n. 162/86, para que o referido Projeto receba Parecer e seja dado à Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 233/86, 289/86, 288/86, 287/86.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução de ns. 112/86 à 114/86.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 92/86, 204/86, 227/86, 273/86, 277/86, 291/86, 292/86, 293/86, 294/86, 295/86, 296/86.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução

de ns. 115/86 à 117/86.

Convoco ainda, os Senhores Deputados para a Sessão Solene, hoje, às 15:00 horas, e que serão homenageados os Senho-

res: Daniel Borges dos Reis, René Ariel Dotti e Dino José Bronze de Almeida, com os Títulos de Cidadania Honorária do Paraná.

Levanta-se a sessão.